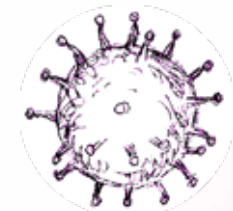


156

MAIO  
2020  
Edição  
digital  
gratuita



# RUP TURA

revista política do MAS 

## **Editorial**

**25 de ABRIL, SEMPRE!**

**Entrevista a médico  
do SNS. Estado de  
emergência ou estado  
de calamidade?**

**Capitalismo, incubador  
de pandemias**

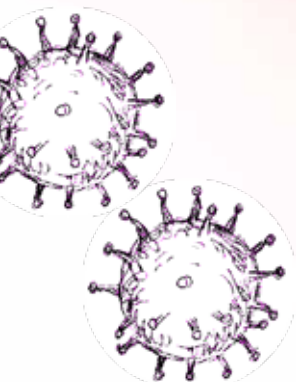
**Estivadores. Call  
centers.**

**Luís Sepúlveda e a  
revolução. As mulheres  
e a Covid-19.**



**18 MEDIDAS  
DE RESPOSTA À EMERGÊNCIA**

**AS NOSSAS VIDAS  
SÃO MAIS IMPORTANTES QUE  
OS VOSSOS LUCROS**



## sem comentários

156

RUP TURA



## sumário

ÓRGÃO OFICIAL DO  
MOVIMENTO ALTERNATIVA  
SOCIALISTA (MAS)

www.mas.org.pt

## REVISTA RUPTURA

Proprietário: Gil Garcia  
Diretor: João Pascoal  
Redacção: Núcleo do Jornal e  
Comunicação  
Editor Gráfico: Daniel Pereira  
Ilustração Capa: *Contos da  
Macaronésia*

## COLABORAM NESTE NÚMERO

António Grosso, A. Castro, Daniel  
Pereira, Flávio Ferreira, João  
Pascoal, Nuno Galdes, Miguel  
Sorans, Pedro Castro, Renata  
Cambra e Vasco Santos

## SEDES DO MAS

Lisboa:  
Rua António Pereira Carrilho, 5, 2º  
Coimbra:  
Rua Fernandes Tomaz, nº 69  
Braga:  
Alameda de Fajal, lj. 39

## CONTACTO:

revistaruptura@mas.org.pt  
Nº ICS: 124814  
Tiragem: 300 exemplares  
Impressão: Espaço Gráfico,  
R. Coronel Luna de Oliveira, Nº 6 -  
A/B  
1900 - 167 Lisboa

## RESPOSTA À CRISE

6 Programa de 18 medidas

8 O que está a acontecer a em-  
prego e salários?10 Por uma economia em  
função do interesse público12 Estado de emergência ou  
estado de calamidade

## SAÚDE

4 Entrevista ao médico do SNS,  
André Traça

5 Encerramento do SAMS

## INTERNACIONAL

18 Capitalismo, incubador de  
pandemias17 Coronavirus derrota ide-  
ologia anti-científica da ex-  
trema-direita mundial

## TRABALHADORES

14 Estivadores: Patrões e gov-  
erno querem destruir Contrato  
Coletivo e organização sindical

15 Call centers na pandemia

## EDUCAÇÃO

16 Que escolas e que sindicalis-  
mo, em tempos de pandemia?

## FEMINISMO

20 As mulheres e o Covid-19

## HISTÓRIA

24 Luís Sepúlveda e  
a revolução

## DE OLHOS BEM ABERTOS

27 A Covid-19 não afecta todos  
da mesma forma

# 25 DE ABRIL, SEMPRE!

---

EDITORIAL

---

**H**á quem veja na crise de saúde pública que atravessamos, a oportunidade perfeita para nem assinalarmos – repetimos, nem assinalarmos - o 25 de Abril, dia em que o povo português, no ano de 1974, arrancou a sua liberdade política a uma ditadura que se perpetuou no poder por 48 anos, os últimos 13 dos quais marcados por uma sangrenta guerra contra a emancipação dos povos das ex-colónias. Pela mesma ordem de razão, o 1 de Maio, o Dia Internacional dos Trabalhadores, segundo aquelas mesmas personagens, deverá ser igualmente silenciado.

O 25 de Abril de 1974 foi a data em que o povo português colocou em marcha uma revolução, através da qual fundou os meios que lhe permitissem cumprir um sonho. O sonho de um povo para acabar com uma guerra colonial interminável; o sonho por acesso a um serviço de saúde que, por exemplo, combatêsse a gigantesca mortalidade infantil; o sonho de ter acesso a uma educação universal, erradicando o analfabetismo generalizado; o sonho de ter acesso a uma habitação; o sonho de se poder deslocar em transportes de qualidade, dentro do país e para o estrangeiro; o sonho de expressar as suas opiniões políticas; o sonho de construir um regime e uma economia ao serviço das necessidades do povo e não dos benefícios e lucros de uma elite; o sonho de ter direito a um salário e condições de trabalho dignas; o sonho de conseguir fazer planos para a sua vida e para a vida dos seus filhos.

É evidente que, pelo risco de contágio da pandemia de COVID-19 que atravessamos, não se poderão juntar milhares de pessoas nas ruas. Noutras condições, essa seria a comemoração adequada. O parlamento aprovou, por maioria, a realização das suas cerimónias alusivas ao 25 de Abril, com as devidas regras de segurança, conforme, aliás, já tem sido o seu funcionamento nas últimas semanas de confinamento.

No entanto, à direita e extrema-direita, sem espanto, há quem calce as botas cardadas para, a cavalo da pandemia, tentar espezinhar o significado do 25 de Abril e do 1 de Maio, exigindo o maior esvaziamento possível destas datas.

O CDS-PP, partido que votou contra a criação do SNS público, em 1979, propôs que o 25 de Abril, este ano, fosse assinalado com uma mera mensagem do Presidente da República. O Iniciativa Liberal e o Chega, partidos que têm feito questão de publicamente enaltecer, não o 25 de Abril, mas, sim, o 25 de Novembro, que defendem a privatização completa do SNS ou da Escola pública, vão no mesmo sentido do CDS-PP. Limitar, reduzir, se possível impedir, tratando o 25 de Abril como uma ingénua “festividade”.

É simplesmente ridículo, pois esta direita bafienta é a mesma que exige que a “economia regresse à normalidade”, o mais breve possível, colocando milhares de trabalhadores em con-

tacto físico. André Ventura, por exemplo, no início do confinamento, exigia que o parlamento não parasse os seus trabalhos, apelidando de “cobardes” aqueles que aderiam à quarentena voluntária. Hoje, exige que o parlamento coloque o 25 de Abril de quarentena. O mesmo André Ventura que, no início da pandemia, decidiu oportunisticamente distribuir produtos em lares de idosos, apelando ao rompimento da quarentena, hoje é favorável a que a quarentena se aplique, o mais rigorosamente possível, mas apenas sobre o 25 de Abril. Os mordomos do lucro, sempre servis às elites, aproveitam qualquer circunstância para dividir os trabalhadores sobre questões que apenas a eles interessam. Não podemos deixar de recordar que estes são parte dos filhos e netos do regime autoritário que o 25 de Abril derrubou.

Aquele sonho, personificado, em Portugal, pelo 25 de Abril de 1974, não só não morreu como ficou por cumprir. E hoje, 46 anos após aquele dia, voltamos a atravessar um período em que a democracia está fragilizada. Não só em Portugal, com o Governo PS e a ajuda da direita, da extrema-direita e da esquerda parlamentar, mas um pouco por toda a Europa, um pouco por todo o mundo, com os mais diversos governos determinados a atropelá-la, musculando os seus regimes e aparelhos de estado, através de decretos de Estados de Emergência com o objectivo de emudecer a contestação, calar o descontentamento e até prevenir possíveis revoltas.

Não estamos todos do mesmo lado e esta “guerra” não é assim tão diferente daquela que vivíamos antes da pandemia. Se estamos todos no mesmo barco, há quem não consiga livrar-se dos grilhões que os mantêm acorrentados ao porão. Já se começa a perceber que os mais afectados pela COVID-19 são os mais pobres e oprimidos. Já se começa a perceber que os mais afectados pela crise económica que se segue serão os trabalhadores e trabalhadoras, sem emprego, sem rendimentos, sem escapatória.

Se existe momento em que o 25 de Abril e a democracia tem de ser defendida, vincando o seu papel, é este, pois é demasiado nítido que a elite parasita que nos tem governado se move para prescindir dela. Somos da opinião que as comemorações, mantendo todos os cuidados de segurança e higiene, deveriam não só ser feitas no parlamento, mas ser igualmente alvo de eventos organizados pelo povo e suas organizações, recorrendo inevitavelmente ao seu carácter simbólico para evitar ajuntamentos em tempos de pandemia.

Para finalizar, uma última palavra em homenagem a José Mário Branco, uma das vozes da revolução, pois este será o primeiro 25 de Abril sem a sua presença. Neste 25 de Abril, mantenhamo-nos, acima de tudo, inquietos.

ENTREVISTA COM

# ANDRÉ TRAÇA

por [ESQUERDAVÍRUS](#)

*Médico do SNS  
Professor  
Assistente  
na Faculdade de  
Ciências Médicas  
de Lisboa*



*A Saúde, na lógica privada, em que os cuidados são prestados apenas com a finalidade de gerar lucro, é incompatível com a protecção da Saúde Pública e esta crise ilustra isso mesmo.*

**Como médico e profissional de saúde, após décadas de desinvestimento e pressão privatizadora sobre o nosso SNS, quais são as principais dificuldades que os profissionais de saúde encontram no combate à COVID-19?**

Partimos de um ponto em que o SNS, com muitas assimetrias locais e regionais, já se encontrava desprovido de recursos humanos e materiais suficientes, em qualidade e em quantidade, para atender às necessidades da população numa situação pré-pandemia.

A situação colocada pela COVID-19, com grande desvio de recursos para responder à mesma e às inúmeras contingências necessárias, coloca o SNS numa situação bastante crítica. Por um lado, as outras doenças não foram de “férias” desde que a COVID-19 chegou a Portugal e precisam de ser tratadas e prevenidas como antes. O desvio de recursos já previamente escassos fazem com que cuidados essenciais dos utentes não-COVID-19 sejam postos em causa, já para não falar de uma redução ou suspensão de cuidados não-urgentes (consultas, cirurgias programadas, rastreios, etc), que existem precisamente para que as pessoas não cheguem a desenvolver doença aguda. Por outro lado, a capacidade de tratar um número crescente de doentes COVID é seriamente posta em causa pela falta de pessoal, espaço físico e orçamento

para material fixo e consumível quer no que toca ao diagnóstico (capacidade laboratorial) quer ao tratamento (equipamento de proteção individual, ventiladores, etc).

**Que medidas consideras que devem ser tomadas de imediato?**

Em primeiro lugar, uma linha de financiamento extraordinário e sem restrições para as instituições do SNS fazerem face a esta avalanche.

Em segundo lugar, os meios dos laboratórios e cuidados de saúde privados têm que ser requisitados para servir o SNS nesta epidemia. Vemos, no SNS, sérios constrangimentos na realização de testes, com laboratórios em hospitais centrais a demorarem por vezes até 12 horas a darem um resultado. Enquanto isso, há laboratórios privados a cobrarem entre 100€ a 200€ a quem queira pagar para ser testado. Isto é inaceitável, quando o que é preconizado é que se teste o maior número possível de casos suspeitos para que se possa reforçar o isolamento destas pessoas e rastrear os seus contactos.

Por último, é fulcral suspender toda a actividade laboral não essencial que implique aglomerados de trabalhadores como forma de impedir a propagação do vírus.

**Se o nosso SNS fosse privado, teria tantas ou melhores condições para combater esta epidemia?**

Não, de todo. A Saúde, na lógica privada, em que os cuidados são prestados apenas com a finalidade de gerar lucro, é incompatível com a protecção da Saúde Pública e esta crise ilustra isso mesmo. Se os sectores mais pobres da sociedade não conseguem ter acesso a testes e tratamentos por não terem dinheiro para pagar seguros, para além da sua própria saúde já estar e causa, põem em causa também a dos restantes.

Para além disso, os privados não têm vocação para prestar cuidados em situações complexas, muito menos com números crescentes de doentes. Nos EUA, com o seu modelo assente em seguradoras e “utilizador-pagador”, temo que isto tudo contribua para uma situação muito problemática.

**Como se explica que morram muito menos pessoas na Alemanha por causa da COVID-19?**

Há várias explicações. A primeira assenta no maior número de testes realizados. A Alemanha, desde o início da pandemia, tem desenvolvido e expandido uma capacidade notável de fazer com que os testes cheguem a uma grande fatia da população, sobretudo a quem tem sintomas. Havendo muitos mais infectados identificados mais

## ENTREVISTA COM ANDRÉ TRAÇA

precocemente, num estágio em que ainda sofrem de quadros clínicos sem gravidade, faz com que a taxa de mortalidade seja menor.

Outras explicações encontram-se no investimento público em Saúde que, ao contrário dos países do Sul da Europa, não decresceu na última década. Um dos reflexos disso mesmo é tornar a Alemanha um dos países com maior rácio de camas de cuidados de intensivos por população residente.

**Tens conhecimento do que terá falhado em Itália, se é que falhou alguma coisa, para registarem uma taxa de letalidade tão elevada?**

Em primeiro lugar, um atraso significativo na aplicação de medidas de contenção pelos governos regionais da Lega Nord (extrema-direita) que negligenciaram o perigo do que chamavam o “vírus chinês”.

Em segundo, deve-se a uma organização de cuidados de saúde que, mesmo sendo publicamente regida, é sub-concessionada, em muitos casos, a sectores privados e cooperativos.

Por último e não menos importante, uma população muito envelhecida, sendo as faixas etárias mais elevadas a sofrer a maior letalidade do vírus.

**Esta pandemia já nos traz alguma luz sobre aquilo que, estrategicamente, deve ser o SNS, não só em Portugal mas em qualquer país?**

Qualquer SNS deve ser um sistema de gestão e recursos públicos, adequadamente financiado e com capacidade de motivar profissionais que contribuam para a inovação técnica, para a definição e implementação das melhores práticas e com melhor qualidade nos cuidados prestados.

**Foi noticiado que Trump tentou ter o exclusivo de uma vacina para a COVID-19 em que está a trabalhar o laboratório alemão CureVac, associado a um instituto científico tutelado pelo Ministério da Saúde alemão, com financiamento do Governo alemão. Em termos de investigação para o desenvolvimento de uma vacina para a COVID-19, tens conhecimento daquilo que está a ser feito a nível europeu?**

Esse dado foi escandaloso, embora, infelizmente, não seja surpreendente. A esmagadora maioria da indústria farmacêutica não se rege pela saúde de quem adoce, mas pelos lucros dos seus accionistas, o que não é, em muitos casos, compatível.

Habitualmente, são organismos públicos que vivem de bolsas públicas que desenvolvem o núcleo duro da investigação e do conhecimento sobre os mecanismos das doenças e do que as pode tratar. A indústria parte deste conhecimento, que é partilhado em congressos e revistas científicas, para testar moléculas (vacinas ou medicamentos) ou dispositivos (ex: pacemakers, próteses) que, uma vez demonstrada a sua utilidade, são pa-

tenteados e vendidos com elevadas margens de lucro.

Trump achou que chegava com um saco de mil milhões de dólares e abarbatava a vacina. Existe investigação extensa em fármacos que já existiam com outras indicações e que agora estão a ser testados em doentes com a COVID-19, assim como vacinas experimentais. É absolutamente fundamental que a investigação em saúde desde os seus estádios mais básicos até aos ensaios clínicos (fases finais em que se prova a segurança e eficácia das intervenções) seja financiada publicamente para o que daí vier, possa ser produzido e distribuído com a finalidade de servir o interesse público. O mais irónico é que isto representaria uma poupança brutal, tanto para os utentes como para o Estado, uma vez que só tinham que ser cobertos os custos de produção dos medicamentos e vacinas e não seria preciso pagar os milhares de milhões que todos pagamos, hoje em dia, para sustentar os lucros dos accionistas da indústria farmacêutica e os bónus dos seus administradores.

**Por fim, será possível combater uma pandemia deste género de forma tão desordenada e desigual como está a acontecer? Que acções é que os diferentes estados deveriam estar a desenvolver em conjunto?**

Num mundo globalizado, em que os vírus viajam com as pessoas entre cidades, regiões, países e continentes, constantemente, só faz sentido que a pandemia seja combatida de forma coordenada. E embora existindo pequenas diferenças subtis entre indivíduos, a nossa biologia enquanto humanos é extremamente idêntica. Mais uma vez, a doença de uns implica a saúde de todos os outros e não adianta irmos na conversa do “vírus chinês”, como a Lega em Itália, o Trump nos EUA, o Bolsonaro no Brasil ou o Correio da Manhã e Ventura, em Portugal, insistem em chamar-lhe.

É incrível como a União Europeia, suposto bastião da democracia e da prosperidade, é tão coordenada no que toca a políticas de austeridade sobre os povos, no que toca a políticas monetárias, a políticas de livre circulação de capitais, a políticas de protecção dos mercados e da banca, assim como políticas de gestão de fronteiras externas e não tem uma política coordenada no que toca à Saúde Pública, demitindo-se da gestão desta crise e deixando-a a cargo de cada um dos Estados-membro. Máxima organização, coordenação e firmeza a acudir bancos e grandes negócios em apuros, mas completa negligência pela saúde (e mesmo sobrevivência!) das pessoas que habitam o velho continente.

Faria sentido, sim, mais do que nunca agora, existir coordenação e cooperação entre os povos no que toca a monitorizar e actuar na crise da COVID-19, nomeadamente, para fazer deslocar meios materiais e profissionais de saúde para onde são mais necessários.

## DIRECÇÃO DO SINDICATO BANCÁRIOS SUL E ILHAS (SBSI) VIRA COSTAS AOS BANCÁRIOS E NESTA CRISE PANDÉMICA ENCERROU OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO SOCIAIS (SAMS)

por ANTÓNIO GROSSO E JOÃO PASCOAL

Quando todo o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e os seus profissionais se esforçam no combate à pandemia, o Conselho de Gerência dos SAMS manda encerrar unidades de saúde, sobrecarregando o SNS.

O Conselho de Gerência dos SAMS justifica tal encerramento com o facto de se terem registado infecções, por COVID-19, em médicos e demais profissionais dos SAMS. O mesmo se verificou e verifica em muitos serviços de saúde públicos que, apesar de tal contrariedade, colocam os seus profissionais em quarentena e continuam a prestar cuidados de saúde a quem precisa. Os bancários e outros cidadãos, que precisaram de todos esses serviços de saúde, encontraram as portas fechadas e a maioria ficou sem alternativa.

Os membros da gestão dos SAMS e os dirigentes do SBSI, incapazes de responder às responsabilidades e competências que assumiram, alguns pagos em milhares de euros mensais, fecharam os SAMS e colocaram médicos, enfermeiros e auxiliares em lay-off, alegando que tal medida se justificava pelo suposto facto de o SAMS ter perdido a sua fonte de rendimento. Ora, acontece que tal “facto” não é verdadeiro. O SAMS é financiado, em grande medida, pelo dinheiro das contribuições mensais dos seus beneficiários e bancos, cerca de seis milhões de euros mensais. A direcção sindical, contra tudo e contra todos, decide fechar a “sua empresa”, desprezando os bancários e todos os seus beneficiários.

A incapacidade de responder adequadamente aos efeitos da pandemia no próprio quadro interno de profissionais de saúde, resulta de erros de gestão que, ao longo dos últimos anos, precarizou contratos de trabalho de médicos e demais trabalhadores e afundou a qualidade dos serviços, fomentando ainda conflitos laborais sem precedentes.

Contra o encerramento dos serviços dos SAMS, a tendência sindical MUDAR este empenhada na sua reversão, apelando a todos os bancários para exigirem a reabertura do Hospital, dos Postos Regionais e do Centro Clínico de Lisboa para o atendimento permanente de urgência e para consultas telefónicas e, também para que fosse disponibilizada a capacidade instalada, no combate à pandemia em cooperação com o SNS.

# PROGRAMA DE EMERGÊNCIA DE RESPOSTA À CRISE

## 1 PROIBIÇÃO DOS DESPEDIMENTOS!

### DEFESA DE TODOS TRABALHADORES PRECÁRIOS!

### DEFENDER O EMPREGO PARA EVITAR FALÊNCIAS DAS MICRO E PME!

É preciso defender todos os postos de trabalho, sobretudo, destacar uma especial atenção aos trabalhadores precários que são já as primeiras vítimas da crise. É preciso readmitir todos os trabalhadores despedidos no contexto da pandemia. A defesa do emprego é a melhor forma de evitar a falência de milhares de micro e PME.

Defender o emprego, desincentivar os despedimentos e devolver alguma justiça ao mercado de trabalho passa por repor o Código de Trabalho anterior à Troika.

## 3 O ESTADO TEM DE GARANTIR SALÁRIOS A 100%!

Portugal é um dos países da UE com salários mais baixos. Os cortes salariais são errados e injustos. A redução dos salários não é uma resposta à emergência da crise, servirá para agravá-la. Cria medo social, reduz a procura e ameaça o emprego. O Estado tem de garantir que os rendimentos de todos os trabalhadores e das suas famílias se mantêm a 100%, a fundo perdido. Defender os rendimentos das famílias é defender as micro e PME e a economia.

## 5 QUARENTENA TOTAL DE TODOS OS SECTORES NÃO ESSENCIAIS!

### GARANTIA DE CONDIÇÕES DE HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO!

O Estado de Emergência não garante que todos os serviços não essenciais parem ou adiram ao teletrabalho. As cadeias de produção e abastecimento de produtos e serviços essenciais não podem parar. O mesmo se aplica aos serviços públicos essenciais. É preciso garantir que todos os sectores não essenciais aderem à quarentena total. Fim do Estado de Emergência! Pela defesa do direito à greve, manifestação e resistência, direitos inalienáveis, conquistados pela revolução portuguesa de 1974.

## 7 RENDIMENTO SOCIAL DE QUARENTENA NO VALOR DO SMN

O Estado tem de assegurar a subsistência de todos os trabalhadores independentes, a recibos verdes e pequenos empresários que, devido às medidas de quarentena, tenham perdido as suas fontes de rendimento.

## 9 DEFENDER TODAS AS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA!

Numa situação de confinamento social, como a que atravessamos, está bom de ver que a violência poderá até mesmo aumentar mas as vítimas, confinadas à sua habitação, não terão condições de a denunciar. O Estado tem de garantir a segurança de todas as mulheres, vítimas de violência doméstica, assim como das crianças a seu cargo. A PSP deverá contactar e monitorizar todas as casos de violência doméstica já sinalizados. Para além disso e, como medida emergencial, o Estado tem de reforçar as casas abrigo disponíveis para as vítimas de violência doméstica e os seus filhos, com todas as condições de higiene e segurança.

## 2 REFORÇO IMEDIATO DO SNS!

### REQUISIÇÃO PÚBLICA DE TODOS OS SERVIÇOS DE SAÚDE PRIVADOS!

Todos os serviços de saúde disponíveis, no país, têm de ser colocados ao dispor da crise de saúde pública. Os doentes não-COVID-19 não deixaram de existir e continuam a precisar de assistência. Para além disso, tal como refere a Organização Mundial de Saúde é preciso garantir o isolamento social e “testar, testar, testar” o maior número de possíveis infectados.

Isso exige a contratação de mais profissionais, assim como a requisição pública de todos os meios técnicos, humanos e infraestruturas privadas. Para além disso, é necessário reconverter empresas para produzirem aquilo que o SNS mais precisa: ventiladores, máscaras, fatos de protecção, luvas, álcool-gel, etc. Todos os que forem necessários devem colocar-se ao serviço e em exclusividade do nosso SNS público. Caso o sector privado ofereça resistência, deve ser imediatamente nacionalizado.

## 4 FIM DA ESPECULAÇÃO! TABELAMENTO DE PREÇOS DOS BENS E SERVIÇOS DE PRIMEIRA NECESSIDADE!

Os preços de bens e serviços de primeira necessidade estão a aumentar. Têm sido noticiados aumentos de 30% na carne de vaca e de frango. Bens essenciais à protecção da saúde, como máscaras e gel desinfetante, estão a ser alvo de fortes pressões especulativas.

O Estado tem de tabelar preços e fiscalizar a sua aplicação. Para além disso, é necessário anular o pagamento de energia, água, telecomunicações e rendas de imobiliário, durante 6 meses para as famílias e as micro e PME com maiores dificuldades. É necessário ainda anular o pagamento das propinas do ensino superior, relativas ao ano de 2019/2020 e 2020/2021, para todos os estudantes.

## 6 NÃO AO LAY-OFF!

O layoff que está a ser implementado não proíbe os despedimentos, nem assegura 100% dos salários. Garante que as empresas baixem os seus custos com salários, em cerca de 80%, mas, ao mesmo tempo, contribui para que os trabalhadores precários sejam imediatamente despedidos, preparando já os despedimentos de trabalhadores efectivos, assim como um amplo e doloroso corte de salários.

O layoff não amortece o choque, antes o difunde por toda a economia. Mesmo empresas que poderiam suportar a crise têm um incentivo a recorrer ao layoff. Aliás, só serão capazes de recorrer ao layoff empresas com liquidez ou acesso a liquidez que lhes permita adiantar o dinheiro dos salários aos trabalhadores em layoff. É como se o Estado estivesse a dar capital aos accionistas que adotarem o layoff ao mesmo tempo que os incentiva e mesmo ajuda a reduzir postos de trabalho e salários dos trabalhadores. Tudo isto sem esquecer que o layoff está a ser pago pela Segurança Social, ou seja, pelos descontos de todos os trabalhadores, colocando em risco a sua sustentabilidade, já precária, em benefício das empresas.

## 8 PROIBIR DESPEJOS! DEFENDER O DIREITO À HABITAÇÃO!

A habitação é um direito e o mercado imobiliário deve reger-se por ele. Fim dos despejos e realojamento imediato de pessoas desalojadas. Suspensão dos pagamentos de rendas e dos créditos à habitação. É necessário converter imediatamente os alojamentos locais em habitação permanente. Tabelar rendas a um terço do SMN!

# PROGRAMA DE EMERGÊNCIA DE RESPOSTA À CRISE

## 11 LIBERTAÇÃO DE PRESOS POR CRIMES MENORES! ACOLHIMENTO E PROTECÇÃO DE TODOS OS SEM-ABRIGO!

Dignidade para todos! As prisões portuguesas estão sobrelotadas, um problema que se arrasta há anos. Esta sobrelotação é a possível faísca para um eventual contágio em massa, o que seria uma catástrofe. É preciso assegurar a protecção de todos os guardas prisionais e de todos os presos. Libertação de presos por crimes menores!

É preciso ainda assegurar condições de habitação, higiene, segurança e dignidade de todos os sem-abrigo.

## 13 FIM DA ESPECULAÇÃO SOBRE AS DÍVIDAS PÚBLICAS! INJEÇÃO DIRECTA DE CAPITAIS PELO BCE NOS ESTADOS, A FUNDO PERDIDO! UMA OPERAÇÃO EXCEPCIONAL PARA TEMPOS EXCEPCIONAIS!

Os últimos anos têm sido marcados pelo sacrifício dos povos em função da banca falida, a fundo perdido. Perdemos em qualidade de emprego, perdemos em qualidade de salários, perdemos em qualidade de serviços públicos, perdemos em qualidade de vida, tudo a fundo perdido. Está na hora de submeter os interesses dos mercados aos interesses dos povos.

As potências centrais da UE já preparam novos empréstimos aos Estados periféricos em troca da maior dependência política e de novos pacotes de austeridade sobre os povos. Já vimos que tal solução apenas serve para destruir serviços públicos, nos quais se inclui a Saúde, e as condições de vida dos povos em função dos interesses dos mercados, da grande finança e das elites que nos governam. As injeções de capitais que o BCE tem feito, desde 2015, e continuará a fazer, não serão suficientes. Apenas contribuíram para aumentar dívidas públicas já incontroláveis. As Eurobonds não são solução, pois mantêm-nos submetidos às regras de funcionamento dos mercados especulativos.

Os Estados precisam de financiamento imediato sem que isso signifique um novo crescimento das dívidas públicas. A melhor forma de o fazer será através da injeção directa de capitais pelo BCE nos Estados, a fundo perdido.

## 15 REESTRUTURAÇÃO DA BANCA! COLOCAR A BANCA AO SERVIÇO DO EMPREGO E DAS MICRO E PME!

Não deve ser entregue à banca a decisão sobre que empresas financiar ou deixar falir, com duros choques sobre o emprego, num contexto de crise sistémica com tamanho impacto. Por outro lado, não podemos continuar a sustentar a banca privada em milhares de milhões de recursos públicos.

O BCE tem injetado massivas quantidades de liquidez nos bancos, mas a sua maioria não se converteu em crédito para atividades produtivas, mas foi imediatamente canalizado para a especulação financeira.

Só o Estado, enquanto entidade sujeita ao planeamento e ao controlo democrático do povo, cuja acção tem impacto global na economia, pode utilizar o financiamento para manter rendimentos e o emprego. Para reactivar a nossa economia, o Estado tem de ser o condutor do financiamento.

## 10 DIREITO À NACIONALIDADE AOS QUE VIVEM E TRABALHAM NO PAÍS!

Os e as imigrantes, por serem as maiores vítimas da pobreza e de opressão, estão particularmente expostos(as) às crises que o sistema capitalista nos impõe. Estes casos são especialmente gritantes para todos os imigrantes aos quais não foi concedido o direito à nacionalidade, pois vêm o seu acesso a serviços básicos muito mais dificultado ou até mesmo impossibilitado.

Salientamos ainda o caso das milhares de “mulheres invisíveis”, imigrantes, a trabalhar no sector das limpezas ou dos milhares de homens da construção civil, muitos deles igualmente imigrantes, que se mantêm a laborar, todos os dias, em funções dispensáveis ao combate à crise de saúde pública

## 12 SUSPENSÃO IMEDIATA DO PAGAMENTO DOS JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA! INVESTIR E RECUPERAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS.

É incontrolável continuar a canalizar milhares de milhões em recursos públicos para uma dívida que é da responsabilidade de um sistema financeiro corrupto e falido. É incontrolável mantermos pagamentos de €7 a €8 mil milhões, ao ano, em juros da dívida pública. Estes recursos têm de ser imediatamente canalizados para criar emprego na nossa economia, assim como para reforçar convenientemente os nossos serviços públicos.

## 14 REQUISICÃO PÚBLICA DOS LUCROS DAS GRANDES EMPRESAS! FIM DOS PARAÍSOIS FISCAIS! TAXAR AS GRANDES FORTUNAS!

Não faz sentido que numa situação de emergência como aquela que estamos a atravessar, as grandes empresas e os grandes bancos estejam a distribuir os seus lucros pelos seus acionistas. Faz ainda menos sentido que gigantescos volumes de capitais continuem a ser escondidos em paraísos fiscais, fugindo ao devido pagamento de impostos. O Estado precisa de financiamento e os grandes grupos económicos e financeiros, as elites deste país, devem ser chamados a contribuir.

Fim dos paraísos fiscais e aplicação de uma taxa de 70% sobre as fortunas aí escondidas, como forma de financiar o Estado e por sua vez financiar as micro e PME.

## 16 RECONVERSÃO PRODUTIVA E ENERGÉTICA DA NOSSA ECONOMIA PARA CRIAR EMPREGO!

A economia portuguesa está baseada na prestação de serviços básicos, destinados ao consumo final. Fomos transformados, pelos sucessivos governos, sob a orientação da UE, numa estância balnear, de baixos salários e emprego precário.

O efeito desta crise sobre o turismo será longo. Não podemos depender deste sector de emprego precário e mal pago. Para recuperar emprego de qualidade precisamos de iniciar desde já uma reconversão do nosso modelo económico que nos permita produzir grande parte daquilo que importamos, em total respeito com o ambiente, desde produtos alimentares até produtos industriais para equipar a nossa economia.

A nossa soberania política depende de um modelo económico mais produtivo, ambientalmente sustentável e independente.

## 17 RENACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS ESTRATÉGICAS PARA CRIAR EMPREGO! FIM DE TODAS AS PPP!

## 18 POR UMA EUROPA DOS POVOS: EM DEFESA DO EMPREGO, DOS RENDIMENTOS E DO AMBIENTE!

# NÃO ESTAMOS TODOS NO MESMO BARCO

## O QUE ESTÁ A ACONTECER COM O EMPREGO E OS SALÁRIOS?

**931 mil trabalhadores em *lay-off***  
**163 mil despedidos**  
**145 mil trabalhadores independentes a precisar de apoio**

por FLÁVIO FERREIRA

**D**e acordo com os dados divulgados pela Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, no passado dia 15 de Abril, cerca de 931 mil trabalhadores já estavam abrangidos pelo regime de *lay-off* recentemente facilitado pelo Governo, seja na modalidade de suspensão temporária de contrato de trabalho ou redução de carga horária. Considerando como base os 4.083.000 trabalhadores por conta de outrem, referente a Dezembro de 2019, podemos afirmar que cerca de 23% da força de trabalho foi afectada pelo *lay-off*, seguido da respectiva redução salarial e/ou, nos piores casos, de despedimentos ou não renovações contratuais sumárias.

De acordo com um estudo do economista Eugénio Rosa, publicado no passado dia 14 de Abril, e segundo um inquérito da Universidade Católica, “4% dos empregados” já tinham perdido o emprego, o que equivale a cerca de 163 mil trabalhadores despedidos, até metade de Abril.

No que diz respeito aos trabalhadores independentes, entre os quais se encontram os recibos verdes, falsos ou não, e os sócios-gerentes, sem trabalhadores a cargo, a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social referiu ainda que mais de 145 mil já acederam ao apoio extraordinário, criado pelo Governo, para quem registre uma quebra de atividade superior a 40%, para os quais não foi ainda definido o cálculo do apoio, pelo que nenhum destes apoios terá sido pago.

### REDUÇÕES SALARIAIS MAIS DURAS SOBRE OS MAIS POBRES

Relativamente à redução salarial, promovida pelo *lay-off* e consequentes despedimentos, Eugénio Rosa diz-nos que, tomando como base

a remuneração bruta regular dos trabalhadores, declarada em Dezembro de 2019, para a Segurança Social, no valor de €1.041/mês, segundo o INE, um corte de um terço, reduz essa remuneração ilíquida para apenas 694€/mês. Isto representa, para os cerca de 931 mil trabalhadores em *lay-off*, uma perda que poderá alcançar os €323 milhões de remunerações/mês. Se deduzirmos aos 694€/mês os descontos para o IRS e Segurança Social restarão apenas 609€/mês, para um casal com um filho.

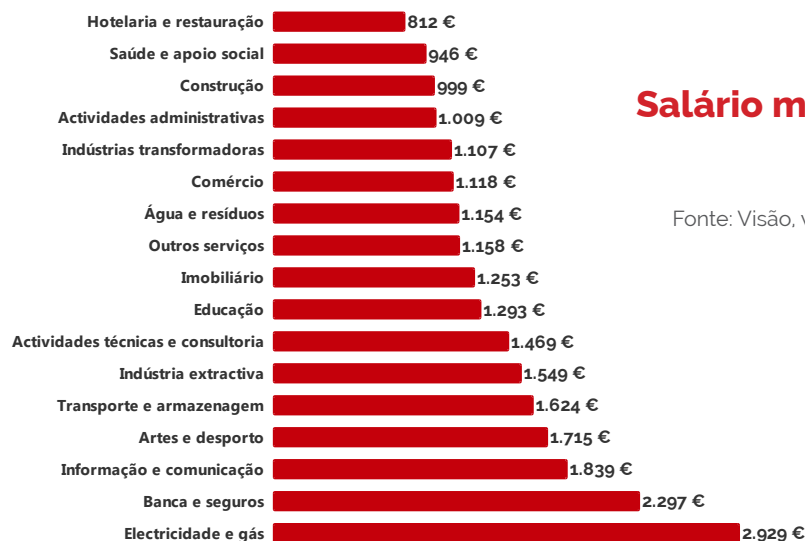
Para além do que se acaba de referir, existem ainda grandes diferenças de perda entre diferentes níveis salariais. Segundo uma reportagem da revista VISÃO, nº 1415, da semana de 16/04 a 22/04, pág. 40 a 49, “para quem ganha menos de €1.000, essa perda ascende a 43%, comparativamente aos 24% para os salários acima de €2.500”.

De acordo com aquela mesma reportagem da revista VISÃO, os “pobres, precários e mulheres

[...] estão mais vulneráveis ao impacto do coronavírus”, atingindo com mais violência quem já vivia com mais dificuldades.

### A DESIGUALDADE APENAS TRAZ MAIS DESIGUALDADE

A desigualdade começa logo entre quem pode ou não ir para casa, em teletrabalho. O teletrabalho não é uma opção para a maioria das profissões com salários baixos. Operários fabris, trabalhadores de supermercado, trabalhadores de limpezas, transportadores de mercadorias ou trabalhadores da recolha do lixo, cumprem, muitos deles, tarefas essenciais que, para além de mal pagas, não podem ser feitas através de teletrabalho. Segundo dados do próprio Governo, apenas 18% dos trabalhadores que ganham o SMN conseguem desempenhar as suas funções em teletrabalho. Essa percentagem sobe até aos 63% entre quem



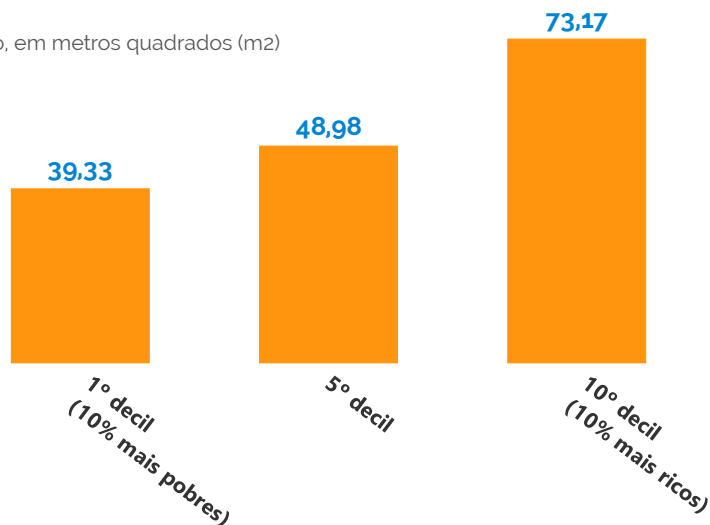
### Salário médio bruto, por sector

Fonte: Visão, valores de Abril 2019



## Dimensão das casas, por classe social

Fonte: Visão, em metros quadrados (m2)



recebe mais de €2.000.

Entre aqueles que estão em casa, são igualmente os mais pobres que mais sofrem, pois estar confinado a um T1 minúsculo é muito diferente de estar num T3 ou T4. Segundo o economista Patrick Belser, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), “quando são pobres, as pessoas vivem em casas mais apertadas, onde o vírus se espalha mais facilmente”. Já quanto às elites económicas e financeiras, a revista VISÃO relata a sua preparação para a pandemia: “aviões privados, concierges para serviços médicos, urgências VIP, ventiladores pessoais e bunkers de luxo”.

Quanto à educação das crianças e jovens, esta fica mais exposta às fragilidades financeiras das famílias. Vinte por cento das famílias portuguesas não tem internet em casa, pelo que estas pessoas não têm acesso aos programas online ou aulas virtuais. Ora, como é fácil de entender, mais uma vez, serão os mais pobres, que habitualmente já revelam maiores dificuldades de aproveitamento escolar, a sofrer as consequências mais duras da suspensão do sistema educativo regular, em sala de aula.

Depois de décadas de agravamento das desigualdades um pouco por todo o mundo, o coronavírus aprofunda-as. Resumindo, segundo a Bruegel, grupo belga de investigadores económicos, “bairros e pessoas pobres são particularmente afectadas pela crise [...] Estão mais expostos a riscos de saúde, porque trabalham em sectores críticos. Têm muito menos probabilidades de trabalharem remotamente, o que coloca os seus rendimentos e postos de trabalho em maior risco. Têm apartamentos mais pequenos e vivem em zonas de maior densidade populacional”.

### NADA ESTAVA BEM, PELO QUE NÃO “VAI FICAR TUDO BEM”

O FMI prevê uma contração de 8% da economia portuguesa para o ano de 2020. Segundo Ceteno, por cada 30 dias de confinamento o PIB quebra 6,5%. O Banco de Portugal estima que possam vir a ser destruídos 250 mil postos de trabalho, com a taxa de desemprego a subir dos actuais 6,5% para 11,7%.

Mais uma vez, são os trabalhadores que apresentam menos custos de despedimento e de recrutamento, ou seja, os mais pobres e mais precários, a sofrer as primeiras consequências. Imigrantes e trabalhadores informais estão, portanto, na primeira linha do risco de desemprego e da perda de rendimentos. Trabalhadores do turismo, trabalhadores de plataformas electrónicas como a Uber ou a Glovo, restauração, hotelaria, imobiliário e construção, artes e desporto estão já a sofrer os primeiros impactos da crise.

O que fazer? Precisamos desafiar as concepções que têm dominado a nossa economia, a nossa sociedade e a nossa política. O neoliberalismo e as suas elites parasitas colocaram em causa a sobrevivência da humanidade, através de uma profunda agressão ao meio ambiente planetário, invadindo crescentes proporções de territórios selvagens, potenciando a proliferação de novos vírus e novas pandemias.

### É PRECISO UMA ALTERNATIVA POLÍTICA QUE DEFENDA VIDAS, EMPREGOS, SALÁRIOS E AS MICRO E PME!

Precisamos de uma economia em função das necessidades do planeta e da maioria da humanidade e não em função dos lucros de uma elite parasita. Precisamos de sociedades e povos internacionalmente solidários entre si e não em constante competição. Precisamos de uma política que coloque este tipo de economia e de sociedades em funcionamento.

No imediato, é necessário proibir todos os despedimentos e defender todos os trabalhadores precários exigindo a imediata reintegração de todos os trabalhadores que foram despedidos ou cujos contratos não foram renovados. É necessário

que os salários sejam pagos a 100%. Só salvando o emprego e os rendimentos poderemos recuperar a economia, as micro e as PME. É preciso financiar as micro e PME, a fundo perdido, e sob a condição de manter empregos e salários, por inteiro.

Como? Através do financiamento dos Estados, por parte do BCE, a fundo perdido, tal como tem feito com o sector financeiro na última década. Através da suspensão, auditoria e anulação de parte importante das dívidas públicas e dos seus juros, contraídas para salvar a banca. Através da renacionalização dos sectores estratégicos e dos seus lucros. Através do fim dos offshore e do confisco das grandes fortunas aí escondidas. Através de uma profunda reorganização do nosso sistema produtivo em função da recuperação da nossa soberania económica e política. O Estado terá a tarefa de centralizar todos estes recursos e planear o seu investimento de acordo com o interesse público, democrático e soberano.



### Percentagem de Trabalhadores por conta de outrem, com contrato a termo ou indefinido, por sector (precários)

Fonte: Visão, valores de Outubro 2018

# POR UM MODELO ECONÓMICO QUE COLOQUE AS NOSSAS VIDAS À FRENTE DOS LUCROS DELES

por FLÁVIO FERREIRA

**T**êm sido décadas de exploração desenfreada da humanidade e do meio ambiente. Entregaram-se sectores económicos estratégicos aos interesses privados, destruiu-se a política industrial, a política agrícola e das pescas, endividaram-se os povos e os Estados em função dos interesses financeiros, vendeu-se a soberania aos mercados, destruíram-se salários, condições de trabalho, acesso a direitos básicos como serviços públicos de saúde, educação, habitação ou transportes, esventrou-se o planeta até à beira do limite da sua regeneração, tudo em função da sede insaciável dos lucros crescentes e imediatos de uma elite parasita.

E através da presente pandemia, chega-se à conclusão de que há necessidades básicas coletivas que devem sobrepor-se às meras preferências individuais. O neoliberalismo parece ter entrado em coma e, com ele, os seus defensores. Exigem que os Estados intervenham e resgatem, novamente, os mercados e os grandes grupos económicos e financeiros. É caso para dizer que, para as elites, o neoliberalismo “funciona” até que os seus lucros estejam em risco. Já vimos este filme em 2008 e sabemos que significa austeridade sobre as vidas de quem trabalha. Pela mão das elites e de quem nos tem governado não será diferente e a esquerda parlamentar parece apostada em manter-nos confinada a este horizonte.

## O QUE NOS PROPÕEM AS ELITES GOVERNANTES E A ESQUERDA PARLAMENTAR?

Antes de avançarmos nesta questão, é preciso entender que o momento de crise que estamos prestes a atravessar é uma continuidade da crise de 2008.

O sistema capitalista e os mercados têm estado

ligados às máquinas de dinheiro, mas daí apenas resultou mais especulação e endividamento, ao invés de planeamento em investimento produtivo e ambientalmente sustentável que nos trouxesse soberania económica e política.

Em busca da renovação dos lucros, há mais de uma década que nos são impostas penosas doses de austeridade, mas também estas não têm sido suficientes para voltar a gerar um renovado e duradouro ciclo de lucros nas principais economias mundiais. O ano de 2015 começou a apresentar algumas melhorias da economia mundial, mas foram pouco duradouras. De lá até 2019, foram 4 anos de relativa melhoria económica à custa de muita especulação financeira, baixos salários, muita precariedade e de uma renovada ofensiva das potências mundiais sobre o resto do mundo, nomeadamente, Médio-Oriente, América Latina e Ásia. O ano de 2019 voltou a acusar um travão acentuado no consumo, na produção e no comércio mundiais, afetando as perspectivas de lucros. Na Europa, os salários estão estagnados há, pelo menos, uma década. Nos EUA, os salários estão ao mesmo nível de há 40 anos atrás. O momento de crise que atravessamos estava para chegar, apenas não sabíamos quando nem com que força.

Esta conclusão é importante para percebermos que as “soluções” que nos foram impostas após o início da crise de 2008, apenas têm servido os interesses dos grandes grupos económicos e financeiros. Não poderemos admitir que nos voltem a impor tais soluções.

As potências dominantes da UE, em finais de Março de 2019, perante as necessidades urgentes de aumento das despesas públicas para combater a pandemia da COVID-19, viram-se forçadas a suspender as regras que mantinham os Orçamentos do Estado nacionais amarrados à fasquia dos 3% e a flexibilizar as ajudas de Estado. Ao mesmo

tempo, o BCE anunciou um gigantesco programa de mais €750 mil milhões para injectar nos mercados, a que se somam mais €120 mil milhões só para a banca.

Em troca, as potências dominantes da UE já admitiram que irão exigir mais austeridade sobre os povos. Apesar da inicial retórica oposicionista dos governos periféricos da UE, entre os quais se destacou António Costa, estes não foram além disso mesmo. Em menos de 15 dias, incorporaram as imposições das potências centrais da UE: “despesas do Estado hoje serão os impostos de amanhã”.

A direita aplaude e a esquerda parlamentar, onde, no plano nacional, se incluem BE, PCP, JKM ou PAN, comprometidos com programas de governação que não se opõem às medidas da UE, não têm meios para apresentar uma alternativa viável. É por isso que parte importante desta esquerda tem como centro da sua proposta a emissão de dívida europeia (“eurobonds” ou “coronabonds”), uma proposta cuja finalidade é o embaratecimento da dívida pública dos Estados periféricos.

É uma proposta completamente desprovida de sentido. Logo a começar, porque as potências centrais da UE, através das actuais injeções de capital, conseguem manter a dívida barata, emitida individualmente por cada um dos Estados, mesmo sem o recurso à emissão de dívida europeia. Em segundo, porque o problema dos Estados periféricos não é apenas o montante de juros que pagamos pela dívida, é também o monstruoso amontoado de dívida que nos foi imposto. Em terceiro, as “eurobonds” ou “coronabonds” não seriam mais que as injeções de capital que estão atualmente a ser preparadas, em troca de austeridade. As “eurobonds” ou “coronabonds” não resolveriam o problema da dívida já existente. Apenas nos

O investimento deve estar nas mãos do Estado, única entidade capaz de centralizar recursos e de planear a sua distribuição de acordo com o interesse público e não com os interesses privados dos accionistas. O investimento deve ser canalizado para uma diametral transformação produtiva do país, assente numa sustentável política agrícola, de pescas e industrial que nos permita criar emprego, conquistar salários dignos e atingir a soberania económica e política.

colocariam sob mecanismos de maior subserviência, amarrados a uma dívida que pertenceria ao conjunto dos Estados da UE, retirando-nos a capacidade de reconhecer ou não tais dívidas, sob o controlo directo e imediato das instituições da UE, evidentemente sujeitos aos condicionalismos que nos forem impostos. Em último lugar, porque esta é uma proposta que em nada combate o carácter especulativo e parasitário dos mercados e da UE, pelo que, em última instância, em nada defende os interesses dos povos europeus.

As potências centrais da UE não aceitam as “eurobonds” ou “coronabonds” porque isso iria marginalmente encarecer o seu próprio financiamento. Tendo estas o poder para escolher, porque a haveriam de escolher tornar o seu financiamento mais caro? Conhecendo o projecto da UE como todos conhecemos, as potências centrais da UE não se regem por qualquer tipo de solidariedade internacional. As “eurobonds” ou “coronabonds” não são só uma alternativa errada, são uma bala de pólvora seca que apenas podem servir as intenções de colorir o parasitismo das grandes potências europeias com tintas de uma suposta “solidariedade”.

### ESTÁ NA ALTURA DE IMPEDIRMOS QUE TUDO CONTINUE COMO ANTES

Uma situação como a actual exige questionar o sistema em que temos vivido e trabalhar sobre as alternativas necessárias para o alterar. Urge um sistema vocacionado para suprir as necessidades dos povos, em lugar das expectativas de lucros das elites.

No imediato, são necessárias medidas de emergência orçamental no sentido de salvar vidas e evitar contágios, defender todos os empregos e a

totalidade dos salários, assim como evitar a falência massiva das micro e PME.

Este é um plano de recuperação para a economia como um todo que implica a nacionalização de sectores estratégicos, desde a energia ao sector financeiro, passando pelos transportes e distribuição de bens, sectores essenciais ao fornecimento de mercadorias a toda a economia. É completamente imoral que, por exemplo, a EDP privatizada, no momento que atravessamos, se prepare para distribuir centenas de milhões de euros, através de dividendos, aos seus accionistas.

O investimento deve estar nas mãos do Estado, única entidade capaz de centralizar recursos e de planear a sua distribuição de acordo com o interesse público e não com os interesses privados dos accionistas. O investimento deve ser canalizado para uma diametral transformação produtiva do país, assente numa sustentável política agrícola, de pescas e industrial que nos permita criar emprego, conquistar salários dignos e atingir a soberania económica e política.

Para tal, é fundamental avançar com a propriedade pública do sistema de crédito. Já nos bastou, após 2008, termos injectado milhares de milhões de euros públicos na banca e nos grandes grupos económicos privados, a fundo perdido, que canalizaram tais recursos para a especulação e para os bolsos dos seus accionistas. Veja-se o exemplo daquilo que se tem passado, nos últimos anos, no Novo Banco. A propriedade pública do sistema de crédito, sem a pressão dos interesses accionistas privados, abrirá portas a uma séria auditoria ao sistema financeiro e à nossa dívida pública, com o objectivo de anular os montantes que não foram contraídos em função do interesse público. Permitirá ainda exercer um controlo sobre a circulação de capitais, necessário a nível europeu e

mundial, possibilitando o tão necessário fim dos paraísos fiscais, com vista à fiscalização e confisco das fortunas ilegais aí escondidas.

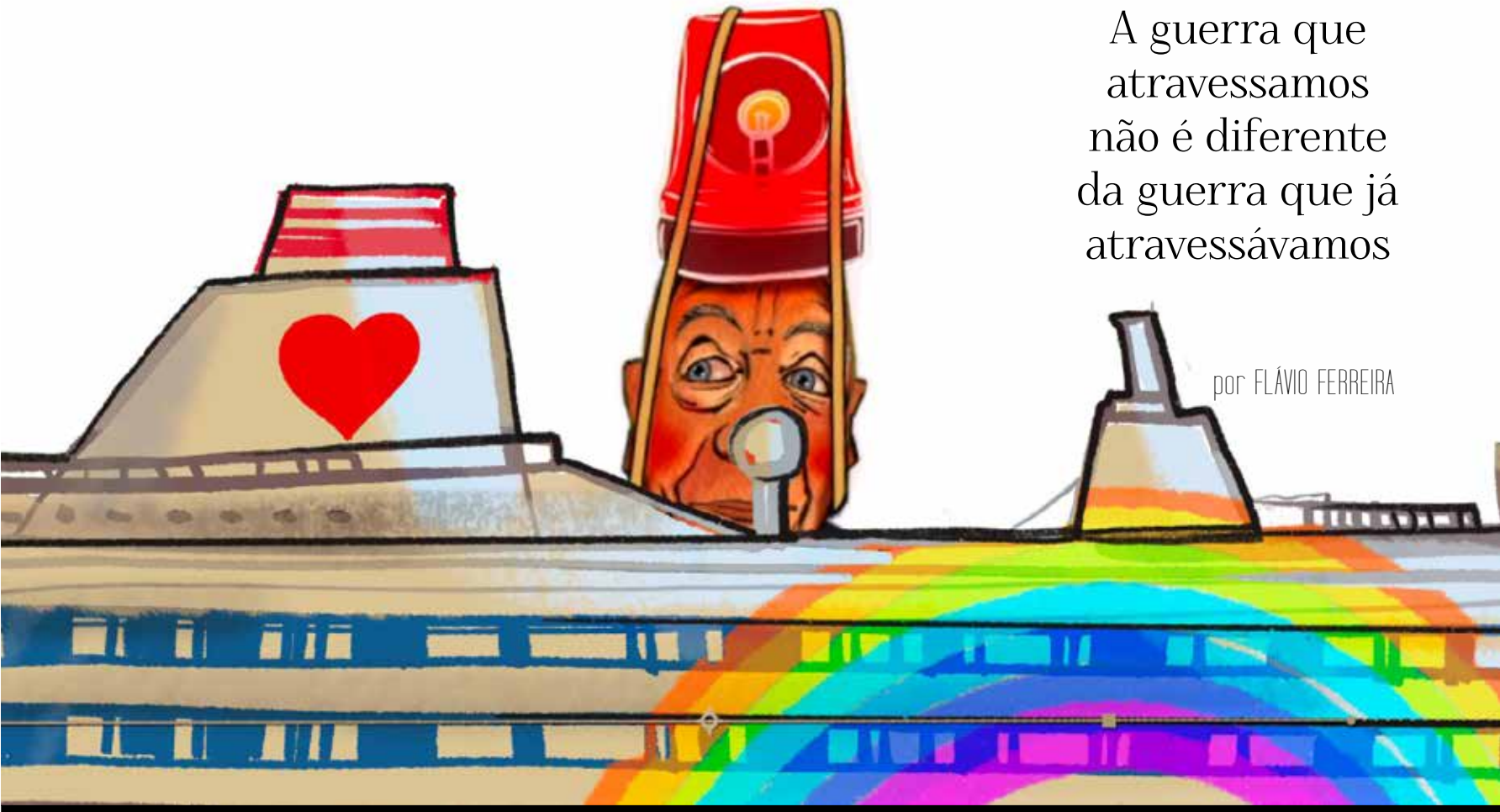
Para além de tudo isto, como financiamos as necessidades imediatas com saúde, emprego, salários e as micro e PME? Tanto após a I Guerra Mundial como após a II Guerra Mundial, os vários Estados, incluindo as grandes potências imperialistas mundiais, EUA, Reino Unido ou Alemanha, apesar de terem contraído défices gigantescos e dívidas públicas impagáveis, foram obrigados a financiar, a fundo perdido, as necessidades que os povos identificaram como urgentes: nacionalização de sectores estratégicos e essenciais, construção de políticas públicas de saúde, educação, transportes e habitação, defesa do emprego e dos salários, férias pagas, entre todo um conjunto de políticas de defesa do interesse público. Mais tarde, as suas dívidas públicas acabaram por ser anuladas.

Isto apenas foi possível pela fragilidade das elites do poder capitalista e, sobretudo, sob a mobilização revolucionária dos povos europeus, obrigando os seus governos a concederem muitos dos direitos que ainda hoje usufruímos. Ora, hoje não será diferente. É necessário que o BCE financie, directamente e a fundo perdido, sem condicionalismos austeritários, os Estados como forma de estes canalizarem recursos para as suas economias, em função da vida, do emprego, dos salários e das micro e PME. Os governos europeus periféricos, com economias particularmente vulneráveis e dependentes, têm de se unir em torno desta exigência. No entanto, tenhamos consciência que um tal programa de mobilização de recursos só vingará através de uma forte mobilização popular que imponha um modelo económico ao serviço do interesse público.

# ESTADO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE?

A guerra que atravessamos não é diferente da guerra que já atravessávamos

por FLÁVIO FERREIRA



**A** UE e os diversos governos, têm procurado tratar o presente momento de crise como se de uma autêntica “guerra” se tratasse. Mas não, não estamos a atravessar uma “guerra”. Ou, por outras palavras, a guerra que atravessamos não é diferente da guerra que já atravessávamos antes da pandemia. É a guerra que coloca os interesses das elites e dos governos, por salvar os seus lucros, em choque com a qualidade de vida e direitos dos povos.

Se o que estamos a atravessar fosse uma “guerra”, no sentido bélico que a UE e o diversos governos lhe querem atribuir, que categoria utilizaremos para definir o que se tem passado na Síria, desde 2011? Precisamos manter a cautela sobre as categorias que utilizamos e perceber que podem assumir diferentes conotações e objectivos, mediante a boca que as profere.

A UE, os diversos governos europeus e as elites parasitas recorrem a esta comparação abusiva para operar dois movimentos: (i) implantar na compreensão dos povos a ideia de que “estamos todos juntos, do mesmo lado”, numa suposta “guerra” contra o inimigo comum, o vírus, e, através disso, (ii) ir musculando os regimes democráticos com as medidas que se possam vir a justificar, nomeadamente, os decretos de Estado de Emergência. Portanto, é preciso ter cuidado com as comparações, pois nem atravessamos

uma “guerra”, no sentido que elites lhe querem atribuir, nem “estamos todos juntos, do mesmo lado”. São os trabalhadores e as micro e PME que estão e irão sofrer a mais duras consequências deste momento.

## PARA QUE SERVIU O ESTADO DE EMERGÊNCIA EM PORTUGAL?

É importante termos consciência que os trabalhadores portugueses foram determinantes na implementação antecipada, voluntária e o mais efectiva possível da quarentena. É, em grande parte, a essa acção popular que se deve o tal “milagre português”. Os trabalhadores mobilizaram-se em alguns sectores, exigindo ou condições de higiene e segurança ou a paragem da actividade das empresas não essenciais, desempenhando um papel verdadeiramente activo na implementação de uma quarentena efectiva. A quarentena foi voluntariamente decidida e colocada em marcha pelo povo. Mesmo com a greve dos estivadores do porto de Lisboa a decorrer, nos dias anteriores ao decreto do Estado de Emergência, não existiu sector essencial ao qual tenha faltado produção ou distribuição.

O PR e Governo PS, com o apoio mais tácito ou mais expresso da direita e de BE, PCP, JKM e PAN, apenas se limitaram a ser arrastados pelos acontecimentos, aproveitando oportunisticamente

para a implementação do Estado de Emergência, com ampla aceitação popular. Apesar do “exemplar comportamento dos portugueses”, nas próprias palavras do PR, o Governo Costa e o PR renovaram, no passado dia 16 de Abril, pela segunda vez, o decreto do Estado de Emergência, até ao dia 2 de Maio.

A primeira renovação, no dia 2 de Abril, foi acompanhada de **um reforço dos poderes do Governo**. Através do alargamento da suspensão do direito à greve - que previa esta suspensão para os sectores da saúde e vitais para a economia -, aos “serviços públicos essenciais”. No artigo sobre as limitações aos direitos dos trabalhadores, o decreto passou a suspender “o direito das associações sindicais de participação na elaboração da legislação do trabalho na medida em que o exercício de tal direito possa representar demora na entrada em vigor de medidas legislativas urgentes”. Ou seja, esta foi uma medida para que não houvesse qualquer percalço na aplicação do lay-off, assim como na aplicação de outras medidas lesivas para os trabalhadores, que, em condições normais, implicaria negociação sindical por ser uma alteração ao código do trabalho.

Na segunda renovação do decreto do Estado de Emergência, no dia 16 de Abril, a suspensão do “direito das associações sindicais de participação na elaboração da legislação do trabalho na medida em que o exercício de tal direito possa representar

demora na entrada em vigor de medidas legislativas urgentes” volta a ser reposta, mas é limitada a certas condições temporárias. Ao mesmo tempo, continua a ser garantido o recurso das empresas ao lay-off ou a quaisquer outras medidas que lhes sejam convenientes, através da menção que refere que “pode ser alargado e simplificado o regime de redução temporária do período normal de trabalho ou suspensão do contrato de trabalho por facto respeitante ao empregador”, continuando as restrições sobre o direito à greve.

Mais uma vez e mesmo considerando os cerca de 163.000 mil trabalhadores que já terão perdido o seu emprego, de acordo com [um inquérito da Universidade Católica](#), o terceiro decreto de Estado de Emergência em nada protege os trabalhadores dos despedimentos. Os despedimentos e assédio laboral sucede-se, não são punidos nem proibidos e continuarão a justificar-se sob as condições de dificuldades financeiras das empresas.

No que toca à possibilidade de controlo de preços, pouco ou nada tem sido feito para tabelar preços de produtos essenciais. Até ao momento, o Governo apenas tabelou o preço do gás engarrafado. A verdade é que a especulação em torno de máscaras, termómetros e testes ao COVID-19, por parte de laboratórios privados, farmácias, etc. é uma realidade, sem que nada seja feito para o contrariar.

Ou seja, o decreto do Estado de Emergência serviu para garantir ao empregador direitos redobrados, em função de garantir os seus lucros. Pelo contrário, aos trabalhadores, apenas resta sujeitarem-se às leis dos mercados.

A reforçar esta tese, encontramos ainda o facto de existir uma medida legal, o Estado de Calamidade, especialmente destinada ao combate do tipo de crise de saúde pública que atravessamos, mas que não foi sequer equacionada.

Conforme refere [Garcia Pereira](#), todas as medidas de verdadeiro combate à pandemia da COVID-19 podiam ser decididas através do decreto de Estado de Calamidade, ao invés do decreto do Estado de Emergência: encerramento de empresas, estabelecimentos, serviços e recintos, determinação do confinamento geográfico e criação de cercas sanitárias, com os consequentes constrangimentos da liberdade de circulação, passando pela possibilidade da requisição civil de pessoas, bens, equipamentos ou edifícios.

Todas estas medidas podiam e deviam ser adoptadas mediante o recurso à declaração da situação de calamidade a nível nacional, ao abrigo do estabelecido e possibilitado pela Lei de Bases da Protecção Civil.

As únicas medidas que esta Lei da Protecção Civil não permite são precisamente as restrições, suspensões ou inutilizações dos direitos dos trabalhadores, desde logo, do direito à greve, e é precisamente para suspender e inutilizar, na prática, esses mesmos direitos que o Estado de Emergência serve e encontra o seu verdadeiro

fundamento.

Ora, aqui chegados, é evidente que os decretos de Estado de Emergência, com o apoio mais tácito ou mais expresso do PS, da direita e de BE, PCP, JKM e PAN, apenas têm servido de medida preventiva que confere ao Governo, de forma antecipada, os meios legais necessários à repressão popular, caso venha a ser necessário, numa situação de forte contestação face ao aprofundar da crise. Esta não é sequer matéria de especulação. Quem o referiu foi o próprio PR, aquando do primeiro decreto do Estado de emergência, no dia 18 de Março:

“Termino com um pedido: nesta guerra, como em todas as guerras, só há um efectivo inimigo invisível, insidioso e, por isso, perigoso, que tem vários nomes: desânimo, cansaço, fadiga do tempo que nunca mais chega ao fim. Temos de lutar todos os dias contra ele. Contra o desânimo que corre mal ou menos bem. Contra o cansaço de as batalhas serem ainda muitas e parecerem difíceis de ganhar, contra a fadiga que tolhe a vontade, aumenta as dúvidas, alimenta indignações e revoltas [...]”

Como refere Filipe Lamelas, advogado e investigador do CoLABOR, no nº 162 do *Le Monde Diplomatique*, “restringir direitos fundamentais dos trabalhadores, invocando o estado de emergência, nomeadamente no que concerne a um dos mais nobres e emblemático direitos colectivos – o direito à greve – permitindo, paralelamente, a cessação de contratos de acordo com o regime legal estruturado para situações de normalidade social é, de um ponto de vista jurídico, insustentável”. Nós acrescentamos, que é, de um ponto de vista político, económico e social um grave erro ao serviço da destruição de direitos democráticos fundamentais e das condições de vida de quem vive do seu trabalho.

Os decretos de Estado de Emergência aprovados, ao facilitarem o regime do lay-off, sem proibir despedimentos, ou sem proteger os trabalhadores precários, apenas serviram para abrir uma janela de oportunidade para que o tecido empresarial se visse livre de toda a força de trabalho que pudesse dispensar, sobretudo trabalhadores com vínculos laborais precários, e reduzisse os seus custos com os salários, aumentando as desigualdades já existentes. Tudo isto, ao mesmo tempo que, aos trabalhadores, foi retirado o direito à greve e à luta pelos seus postos de trabalho.

É preciso colocar um fim ao Estado de Emergência, garantindo todas as medidas de quarentena que nos permitam controlar a pandemia. A esquerda parlamentar e o movimento sindical devem romper definitivamente com este Governo PS e opor-se ao Estado de Emergência. Não precisamos de medidas autoritárias e repressivas, para salvaguardar lucros. Precisamos de defender a vida, o emprego, os salários e as micro e PME.

Os decretos de Estado de Emergência aprovados, ao facilitarem o regime do lay-off, sem proibir despedimentos, ou sem proteger os trabalhadores precários, apenas serviram para abrir uma janela de oportunidade para que o tecido empresarial se visse livre de toda a força de trabalho que pudesse dispensar, sobretudo trabalhadores com vínculos laborais precários, e reduzisse os seus custos com os salários, aumentando as desigualdades já existentes. Tudo isto, ao mesmo tempo que, aos trabalhadores, foi retirado o direito à greve e à luta pelos seus postos de trabalho.

#### ILUSTRAÇÃO

Créditos à página do facebook Contos da Macaronésia <https://www.facebook.com/contosmacaronesia/>

## ESTIVADORES

# PATRÕES E GOVERNO QUEREM DESTRUIR CONTRATO COLETIVO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

por JOÃO PASCOAL



**A**pós meses de incumprimento do acordo coletivo de trabalho que tinha sido negociado e assinado em 2018, sob testemunho do Governo. Após meses dos patrões do grupo Ylport deixarem de pagar os salários devidos aos estivadores de Lisboa e pressionarem para a declaração de falência da Empresa de Trabalho Portuário de Lisboa (A-ETPL), os trabalhadores e o sindicato SEAL – Sindicato dos Estivadores e Atividades de Logística decidiram iniciar uma greve pelo cumprimento contratual, greve que acabou por não se concretizar na totalidade pela existência de uma requisição civil, na véspera de ser declarado o Estado de Emergência.

Um favor do Governo Costa aos patrões da Ylport ao permitir uma situação como a actual de terrorismo laboral: os estivadores de Lisboa não estão juridicamente despedidos, mas os patrões do porto de Lisboa impedem-nos de trabalhar e não lhes pagam qualquer salário, argumentando com um fraudulento “processo de insolvência da A-ETPL”, da qual esses mesmos patrões são os principais interessados...

Os estivadores de Lisboa apresentaram-se ao trabalho sempre, cumpriram minuciosamente os serviços mínimos durante o período de greve, e no dia 18 de Março de 2020, primeiro dia em que a requisição civil entrou em vigor, voltaram a apresentar-se ao trabalho. Para espanto de todos, foram, ilegalmente, impedidos de trabalhar pelos patrões.

Os patrões, com destaque para o grupo Ylport (representado por Diogo Marecos, principal sócio da A-ETPL), alegavam que a A-ETPL estava em insolvência e por isso iam só aceitar futuros estivadores contratados pela PORLIS, uma empresa paralela de contratação de trabalho precário.

Na prática, diziam que os 143 estivadores da A-ETPL já não podiam trabalhar, apesar desta empresa não estar encerrada e de as suas dívidas serem precisamente aos 143 estivadores que querem trabalhar e os patrões da Ylport não os deixam.

Chegamos a uma situação que parece surreal. Os trabalhadores estão sob requisição civil e, por isso, são obrigados a trabalhar, mas os patrões não os deixam trabalhar (à maioria dos 143). Os patrões apenas permitiram que trabalhassem uns poucos que estão a fazer jornadas de 14 horas e, mesmo assim, estão com processos disciplinares para serem despedidos logo que a Ylport consiga ter “novos” estivadores formados (ilegalmente, pois as escolas de formação teriam de estar encerradas de acordo com o Estado de Emergência) e “contratados” precariamente pela outra empresa de trabalho portuário, a PORLIS que, se tivesse sido cumprido o acordo tripartido (Governo-patrões-SEAL), deveria já estar encerrada.

Esta situação só é possível de existir com a cumplicidade do Governo PS e de António

Costa. Efetivamente, o Governo que decretou a requisição civil devia obrigar a Ylport (que tem a exploração da maioria do Porto de Lisboa) a deixar os estivadores da A-ETPL trabalharem e obrigar a que esta lhes pagasse conforme o Acordo Coletivo em vigor. Isto era, tão só, cumprir os acordos assinados, em vez de deixar que os navios fossem desviados para Leixões, enquanto a PORLIS não tem trabalhadores formados e autorizados a trabalhar em zona portuária, sob legislação especial.

Porque é que patrões e Governo estão contra os estivadores de Lisboa? A resposta parece estar em torno do cumprimento, ou não, de um acordo que impede a precariedade e os salários de miséria dos trabalhadores mais recentes. Acordo esse conseguido com uma dura e unida luta dos estivadores representados pelo SEAL. O SEAL, um sindicato que não tem sido subjogado pela política da concertação social como têm sido as centrais sindicais e muitos outros sindicatos.

Os estivadores com as suas lutas da última década, têm mostrado um outro caminho para o movimento sindical, um caminho de combatividade que animou também o surgimento de outros sindicatos nos transportes, nos professores, nas novas profissões como os call-centers. Mostraram também um caminho de solidariedade nacional e internacional entre os trabalhadores em luta, que foi particularmente visível na greve dos motoristas das matérias perigosas, uma greve brutalmente atacada pelo Governo PS, com recurso às forças policiais e Exército, pela primeira vez, desde 1974.

Agora, em tempos de grande agravamento da crise económica e social que já está em marcha, a destruição destes bons exemplos para os trabalhadores passa a ser uma prioridade estratégica do Governo e dos patrões na contenção da previsível resposta da classe trabalhadora, fustigada pelo desemprego e por uma política para fazer os de sempre, os trabalhadores e os povos, pagarem a crise.

Por tudo isto, é, hoje, mais do que no passado, absolutamente decisiva a solidariedade com a luta dos estivadores e o fortalecimento da organização e da solidariedade sindical, entre todos os que estão dispostos à luta pela saúde, pelo emprego e pelo salário.

**Os trabalhadores estão sob requisição civil e, por isso, obrigados a trabalhar, mas os patrões não os deixam trabalhar.**

## CALL CENTERS EM PANDEMIA

# COM O TELETRABALHO, VAI FICAR TUDO BEM? PARECE QUE NÃO.

por NUNO GERALDES

**S**e o principal problema que afetava os trabalhadores de call-center, até agora, tinha a ver com o facto de as empresas oferecerem resistência a colocar os seus trabalhadores em regime de teletrabalho, mantendo-os em locais que já eram foco de infeções antes da pandemia de COVID-19, neste momento, são os problemas relacionados com o teletrabalho que têm mais incidência.

As lutas que os trabalhadores encetaram para serem retirados dos espaços físicos sem condições de salubridade em que laboravam, forçando as entidades patronais a implementar o teletrabalho, foram vitoriosas e, hoje em dia, grande parte dos trabalhadores está a trabalhar a partir de casa. No entanto, como as empresas ignoraram o problema e não se prepararam para esta transformação que todos sabíamos que teria de acontecer, todo o processo foi feito em “cima do joelho” e sem nenhuma consideração pelas condições em que seria implementado, criando novos problemas.

Para as empresas bastou disponibilizar um computador com acesso à internet e um headset, mas para o trabalhador não basta. São necessárias outras condições. Muitos de nós não têm mesas ou cadeiras, com ergonomia apropriada, para podermos estar 8 horas à frente do computador. As empresas têm de nos fornecer as condições para trabalhar com segurança pois como todos sabemos as doenças músculo-esqueléticas são comuns neste tipo de trabalho.

No entanto, o problema principal prende-se com a conciliação do trabalho com a vida familiar, num momento em que as escolas estão fechadas e em que, se as funções do trabalhador forem compatíveis com o teletrabalho, tem de se trabalhar mesmo com os filhos em casa. Como é fácil de entender, trabalhar a partir de casa, atendendo clientes telefonicamente, com crianças no mesmo espaço, torna-se uma missão quase impossível. Principalmente, se considerarmos que se mantém o trabalho por turnos em horários e folgas rotativas na maior parte dos casos,

negando por completo a capacidade de planejar a vida profissional e o acompanhamento dos filhos.

Este problema é especialmente grave no caso das famílias monoparentais e nos casos em que os dois membros do casal trabalham, pois não há outra solução senão estar com as crianças no mesmo espaço em que se está a atender clientes. Além disso, a escola continua via internet e muitas das crianças ainda não são autónomas e precisam de assistência para poderem ter acesso a este meio. Obviamente, nesta situação, muitas vezes a produtividade e as condições de trabalho ficam comprometidas e as empresas não se coíbem de ameaçar com voltar para o local de trabalho por qualquer diminuição dos sacrossantos objectivos ou pelo simples facto de existir ruído, durante a chamada, como se pudessemos impedir que tal acontecesse.

Além disso, o isolamento a que os trabalhadores estão sujeitos eleva o patamar de abuso que estas empresas empregam na relação laboral. Existem inúmeras queixas de as empresas exigirem que os trabalhadores tenham webcams permanentemente ligadas a vigiar o trabalhador, emails, telefonemas e mensagens pelas redes sociais fora do horário de trabalho, pressão para entrar mais cedo e sair mais tarde. É o vale tudo.

Outra situação preocupante, e para a qual o Governo PS faz vista grossa, é que apesar da proibição de despedimentos coletivos e por extinção de posto de trabalho ter sido decretada

pelo executivo, estes continuam a existir no sector, seja pela não renovação de contratos a termo certo, seja pela utilização das caducidades de contratos a termo incerto. Na esmagadora maioria dos casos, não estamos a falar de micro ou PME, falamos de multinacionais milionárias como a Altice, algumas já a usar o mecanismo de lay-off, apesar de estarem a aumentar os lucros durante a pandemia.

O central não é manter os lucros deles, mas sim proteger o nosso emprego e os nossos rendimentos, principalmente quando antes de ser implementado o teletrabalho muitos trabalhadores terem estado em casa a tomar conta dos filhos com o seu salário cortado em 1/3.

Por último, mas não menos importante, com o atual discurso de retoma da laboração nos locais de trabalho a todo o custo, entenda-se o custo que isso terá para a nossa saúde. Temos de ver refletido nesse processo o facto de este ser um sector de risco e que deve ser dos últimos a ser retomado, sempre de forma faseada e com garantias de higiene e segurança.



# QUE ESCOLAS E QUE SINDICALISMO, NO CONTEXTO DA PANDEMIA?

por A. CASTRO  
*Docente*



**E**m meados do mês de março de 2020, apesar da pandemia, o Governo Costa pretendia manter a esmagadora maioria das escolas abertas. Se dúvidas houvesse desta intenção do Governo, ficou claro, quando a 11 de março, o Comissão Nacional de Saúde Pública, indicou, por unanimidade, que não se deveria encerrar as escolas em Portugal. De referir que nessa comissão, estava o Governo estava representado através da sua Ministra da Saúde. O que efetivamente fez o Governo mudar foram as várias pressões nacionais (Profissionais de Educação, Encarregados de Educação, Reitores de Universidades que, antes do Governo, tomaram a iniciativa de encerrar as suas Universidades, etc.) e internacionais (Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças).

A 9 de Abril, o Governo anuncia que não haverá aulas presenciais durante o 3.º período, mas que haverá avaliação com ensino à distância do 1.º ano ao 10.º ano e que para as 22 disciplinas, com exame nacional, do 11.º e 12.º, poderá haver aulas presenciais, a partir de Maio. Apesar de cancelar (e bem) as provas de aferição e do 9.º ano, o Governo apenas adiou os exames nacionais de 11.º e 12.º ano.

Todas estas medidas colocam inúmeras e importantes questões nomeadamente: estão garantidas condições semelhantes de acesso às aulas à distância para todos os alunos? Podemos comparar (sobretudo tendo em consideração que lidamos com menores de idade) o ensino à distância com o presencial e como se pode fazer uma avaliação minimamente séria e justa sem aulas presenciais? Terão os alunos do 11.º e 12.º as mínimas condições (materiais e psicológicas) para a preparação dos exames nacionais com longas semanas de confinamento? Estão salvaguardadas

questões como a privacidade, direito de imagem, proteção de dados, etc a todos (alunos e docentes) que participam nas aulas à distância? É razoável (e realista) todo este tipo de medidas quando sabemos a pouca autonomia destas crianças e quando há milhares de pais em teletrabalho, muitos dos quais em famílias monoparentais? E será que todo este processo não irá prejudicar ainda mais os filhos das famílias mais socialmente desfavorecidas?

## PERANTE ESTAS MEDIDAS DO GOVERNO QUAL FOI A POSTURA DO SINDICALISMO DOCENTE?

A Federação de sindicatos docentes mais representativa, a FENPROF, a 12 de Março (antes do Governo anunciar a sua decisão) afirmava que iria respeitar qualquer que fosse a decisão do Governo. E após o Governo anunciar a sua decisão de como se procederia o 3.º Período (a 9 de Abril), no site da FENPROF, o seu líder considerava as medidas do Governo como “de uma forma geral o que devia ser prevalecente” neste contexto.

Em contrapartida, o mais recente sindicato que abrange todos os Profissionais de Educação, o S.TO.P., tem-se recusado a servir de reboque dos interesses do Governo, e em meados de Março (mesmo antes do Governo anunciar a sua decisão final) já defendia claramente que, em defesa da saúde pública, as escolas deveriam encerrar. Já em Abril, o S.TO.P. defendeu que o Governo não deveria, nomeadamente em nome da equidade, manter avaliação no 3.º Período nem estabelecer, desde já, datas para exames nacionais.

Se repararmos, estes comportamentos contrastantes destes dois tipos de sindicalismo refletem em certa medida também o que se passou nas greves de avaliação de final do ano letivo

2017/2018, quando a FENPROF, apesar da sua retórico (mais ou menos agressiva), na prática ter ajudado a levar a água ao moinho do Governo, ao derrotar essa greve, apoiada e dinamizada por milhares de professores. Apesar de honrosas exceções, o que ficou evidente é que a maioria dos principais dirigentes da FENPROF (e dos outros sindicatos tradicionais) lançou uma autêntica campanha de calúnias contra essa greve e o único sindicato que a dinamizou, o S.TO.P., onde até o líder máximo da FENPROF, na manifestação da CGTP, a 9 de Junho de 2018, apelidou publicamente de traidores os colegas que estavam a dinamizar essa greve.

## COM OU SEM PANDEMIA, QUE SINDICALISMO É PRECISO?

O sindicalismo que faz falta é um sindicalismo democrático onde são os próprios trabalhadores a definir a sua luta, um sindicalismo que dê voz aos sem voz inclusive nas manifestações (ao contrário das manifestações/concentrações, do sindicalismo tradicional, onde apenas é permitido intervir os dirigentes sindicais ou pessoas com posições semelhantes a estes), um sindicalismo solidário e que junte forças a outros trabalhadores igualmente explorados pelos governos que temos tido (que estruturalmente governam a favor de uma minoria), um sindicalismo que tenha uma perspetiva internacional sobre os maiores desafios que enfrentamos (em termos sociais e ambientais) criando convergências entre todos os explorados do nosso planeta. Esse é o único tipo de sindicalismo que poderá funcionar como um poderoso antivírus à pandemia que enfrentamos, que não é apenas um coronavírus mas um tipo de sociedade (capitalista) responsável pela barbárie social e ecológica.





## CORONAVÍRUS DERROTA IDEOLOGIA ANTI-CIENTÍFICA DA EXTREMA-DIREITA MUNDIAL

por DANIEL PEREIRA

“**U**m dia, tal como um milagre, [o coronavírus] irá desaparecer”, a declaração de Donald Trump, a 27 de Fevereiro, já com a pandemia da Covid-19 a começar a desenvolver-se exponencialmente nos Estados Unidos, é sintomática da ideologia anti-ciência que os líderes da extrema-direita mundial usam para colocarem os lucros dos grandes empresários à frente da vida dos trabalhadores e dos povos.

Boris Johnson seguia as mesmas pisadas. A 28 de Fevereiro declara que “o melhor que as pessoas podem fazer para evitar espalhar o coronavírus é lavar as mãos”, como se isso bastasse, ao mesmo tempo, 4 dias depois, numa visita a um hospital com doentes de Covid-19, dizia que tinha “cumprimentado toda a gente com um aperto de mão” e que o país deveria “tratar dos seus negócios como de costume”.

No Brasil, Jair Bolsonaro elevou a fasquia da estupidez, declarando que a Covid-19 seria uma “gripezinha”, um “resfriadinho” e uma histeria disseminada pela imprensa para derrubar o seu governo. Depois de incentivar à reabertura do comércio e às pessoas voltarem às igrejas, a 2 de Abril diz “A gente vai junto com pastores e religiosos anunciar para pedir um dia de jejum ao povo brasileiro em nome de que o Brasil fique livre desse mal o mais rápido possível”. A perplexidade dos seus apoiantes, da comunidade científica, dos profissionais de saúde, inclusive dentro do seu governo de extrema-direita foi enorme e levou milhares de brasileiros às janelas de suas casas bater panelas contra o “genocida”.

A negação da ciência como meio auxiliar para ultrapassar os problemas com que a humanidade se enfrenta nos dias de hoje não é novo por parte da extrema-direita. São conhecidos os pensamentos

de negação das alterações climáticas, de apelos anti-vacinação, de racismo, de misoginia, de exacerbação dos cultos religiosos e até de terraplanismo.

A ideologia da extrema-direita tem como objectivo, através da difusão de notícias e estudos falsos, criar um sentimento de dúvida nas populações para permitir que grandes indústrias mundiais não tenham que fazer o esforço público necessário para reverter a sua produção e, ao mesmo tempo, subjugar ainda mais os trabalhadores na ignorância, na obediência e na subserviência perante um sistema capitalista em decadência, tal e qual dizia o pseudocientista Marc Morano, apoiante negacionista, “nós não precisamos de estar certos apenas precisamos de gerar a dúvida”.

A necessidade imperiosa de aumentar a taxa de lucro precisa de privatizar os sistemas de saúde, manter os combustíveis fósseis para alimentar as indústrias automóvel e petrolífera, aumentar os lucros da indústria farmacêutica, alimentar antagonismos entre povos e nações para invadir ou subjugar países e prover de mais financiamento a indústria de guerra.

A rápida disseminação e letalidade do coronavírus teve o condão de expor e desmascarar esta ideologia de forma clara, perante os sectores mais letrados que apoiavam estes líderes. Se sobre as alterações climáticas as evidências são mais difíceis de visualizar no curto prazo e a olho nu, o medo perante a infecção, o medo da morte e perda de familiares, fez despertar muitos espíritos reféns da cultura opressiva do machismo, do racismo, da lgbtfofia e da xenofobia.

A resistência destas lideranças de extrema-direita a combater a pandemia reside no facto de não quererem estabelecer programas de aumento e melhoramento dos sistemas de saúde pública, nem uma planificação das indústrias farmacêutica

ou energética, nem a afectação dos lucros da banca para a produção de bens essenciais, mas certamente sairão em ajuda aos bancos resgatando os seus buracos novamente.


A ciência social e política também é ciência, e demonstra que apenas fortes sistemas de saúde pública, ao contrário dos privados, podem responder a graves problemas de saúde. Boris Johnson que cultivava a privatização do sistema de saúde inglês veio, depois de quase falecer por Covid-19, enaltecer o NHS (o SNS inglês) e agradecer aos enfermeiros, um português e uma neozelandesa, pelo seu tratamento. Isto é, foi salvo por políticas contrárias às suas, de privatização e anti-imigração. Infelizmente, esta atitude humilde será sol de pouca dura.

Não nos enganemos, a derrota que a pandemia aplicou no pensamento da extrema-direita mundial não se traduzirá no fim político das suas lideranças, pelo menos directa ou imediatamente. Trump, Johnson, Bolsonaro ou Ventura, em Portugal, respondem perante os interesses do grande capital e não perante as vidas da população. Como dizia Bolsonaro, “não podemos parar a economia por causa da morte de um velho”. Estes senhores continuarão a sua saga para tentar tornar o seu poder maior, enfrentando-se, por um lado, às próprias instituições democrático-burguesas e, por outro lado, aos direitos democráticos da classe trabalhadora. Junto da pequena-burguesia comercial e dos pequenos negócios tentarão sacar o apoio de massas para implementar o seu projecto de aumentar a exploração sobre os trabalhadores e mantê-los amorfos.

No entanto, a classe trabalhadora, os povos e as suas direcções políticas não devem fugir ou refugiar-se nas trincheiras. O ano de 2019 mostrou mundo fora que estamos vivos e dispostos a lutar, de Hong Kong ao Chile.

# CAPITALISMO, O INCUBADOR DE PANDEMIAS

por RENATA CAMBRA



Temperaturas extremas, furacões intensos, ondas de calor, subida do nível do mar, incêndios florestais, secas crônicas, escassez de água, crises alimentares e... pandemias. Há pelo menos duas décadas, que cientistas e ativistas ambientais alertam governos para os efeitos devastadores da forma agressiva como o sistema capitalista explora o planeta, levando-o a um desequilíbrio que coloca a nossa existência, enquanto espécie, em risco. Hoje, a pandemia da COVID-19 torna mais visível a fragilidade do sistema para lidar com uma crise epidêmica, dando também uma percepção mais real do que significa termos de enfrentar pandemias cada vez mais frequentes devido ao aumento da temperatura média global e à destruição de ecossistemas.

Ao mesmo tempo, a atuação dos governos face à crise da COVID-19 tem sido comparada, não por acaso, à sua atuação perante a crise climática, com uma recusa inicial em ouvir os alertas dos especialistas e agir preventivamente, seguida da colocação em marcha de medidas de contingência não só tardias como insuficientes, deixando claro que, até nos cenários mais catastróficos, a prioridade do sistema capitalista continua a ser a preservação do lucro, mesmo que o preço a pagar seja a vida de milhares de pessoas



## COMPREENDER AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: DE ONDE VÊM E PARA ONDE NOS LEVAM?

Todas as formas de vida que conhecemos não existiriam se não fosse pelo efeito de estufa, já que é este processo que impede a Terra de ter – como Marte, por exemplo - amplitudes de temperatura extremas entre o dia e a noite. De forma simples, os gases de efeito de estufa (GEE) absorvem parte do calor e da energia que recebemos do espaço, mantendo o planeta aquecido e em níveis estáveis, enquanto outra parte é radiada de volta. Sem este mecanismo, o planeta seria cerca de 30°C mais frio do que é hoje.

No entanto, desde o início da revolução industrial, a concentração de GEE presentes na atmosfera tem vindo a aumentar exponencialmente, devido sobretudo a emissões de CO<sub>2</sub> provenientes da queima de carvão, gás e petróleo, provocando um grande desequilíbrio neste mecanismo natural. Mais GEE significam mais calor e energia a serem absorvidos na nossa atmosfera, motivo pelo qual nos confrontamos hoje com o aquecimento global do planeta.

De facto, a temperatura média na superfície da Terra aumentou cerca de 1.1°C, em pouco mais de um século, o que significa uma mudança a uma velocidade sem precedentes, já que as alterações climáticas que ocorreram no passado, todas elas anteriores à nossa existência como espécie, foram processos lentos de milhares de anos. Concretamente, os últimos 5 anos foram os mais quentes de que há registo, com efeitos que já se fazem sentir em todo o globo, como, por exemplo, catástrofes naturais mais intensas e frequentes, a subida do nível do mar e a perda de biodiversidade.

Quanto mais a temperatura aumenta, maior o desequilíbrio que enfrentamos e mais intensos os seus efeitos, sendo que, a partir de certo patamar (aquecimento de mais de 2°C), começaremos a alcançar pontos sem retorno que podem tornar as alterações climáticas irreversíveis, pois perderemos o controlo sobre um conjunto de mecanismos naturais que contribuirão para o aquecimento global, num efeito de bola de neve. Por exemplo, se a Terra aquece, temos mais incêndios, que libertam mais CO<sub>2</sub> para atmosfera e por sua vez aquecem mais o planeta e provocam ainda mais incên-

Os últimos 5 anos foram os mais quentes de que há registo, com efeitos que já se fazem sentir em todo o globo, como, por exemplo, catástrofes naturais mais intensas e frequentes, a subida do nível do mar e a perda de biodiversidade. Quanto mais a temperatura aumenta, maior o desequilíbrio que enfrentamos e mais intensos os seus efeitos, sendo que, a partir de certo patamar (aquecimento de mais de 2°C), começaremos a alcançar pontos sem retorno que podem tornar as alterações climáticas irreversíveis, pois perderemos o controlo sobre um conjunto de mecanismos naturais que contribuirão para o aquecimento global, num efeito de bola de neve.



diões; o derretimento do gelo do Ártico leva a que haja mais superfície de água, a qual absorve mais calor do que o gelo, pelo que os oceanos aquecem e mais gelo derrete; as reservas de *permafrost* (o gelo permanente) na Sibéria derretem, libertando grandes quantidades de metano (um gás com efeito de estufa cerca de 20 vezes mais potente que o CO<sub>2</sub>) para atmosfera, causando mais aquecimento e, portanto, mais derretimento.

Os estudos mais otimistas e conservadores apontam que nos devemos manter abaixo de 1,5°C de aquecimento para impedirmos o colapso, mas mesmo esse limite exige uma redução drástica das emissões a nível global, visto que, ao atual ritmo de exploração e produção, demoraremos apenas 5 a 10 anos a atingir essa meta e até ao fim do século alcançaremos um aumento de 5°C, cenário em que teríamos já vastas regiões completamente inabitáveis devido a secas e cheias, bem como escassez de alimentos e de água potável, gerando crises migratórias sem precedentes em busca da possibilidade de sobreviver. Atualmente, os governos de todo o mundo assumem, segundo o Acordo de Paris, a necessidade de reduzir emissões de maneira a manter o aquecimento abaixo de 2°C, mas não só as metas estabelecidas são insuficientes para impedir que se ultrapasse esse aumento, como também as emissões de CO<sub>2</sub> já aumentaram 4% desde a assinatura do acordo em 2015.

### AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E O AUMENTO DAS PANDEMIAS

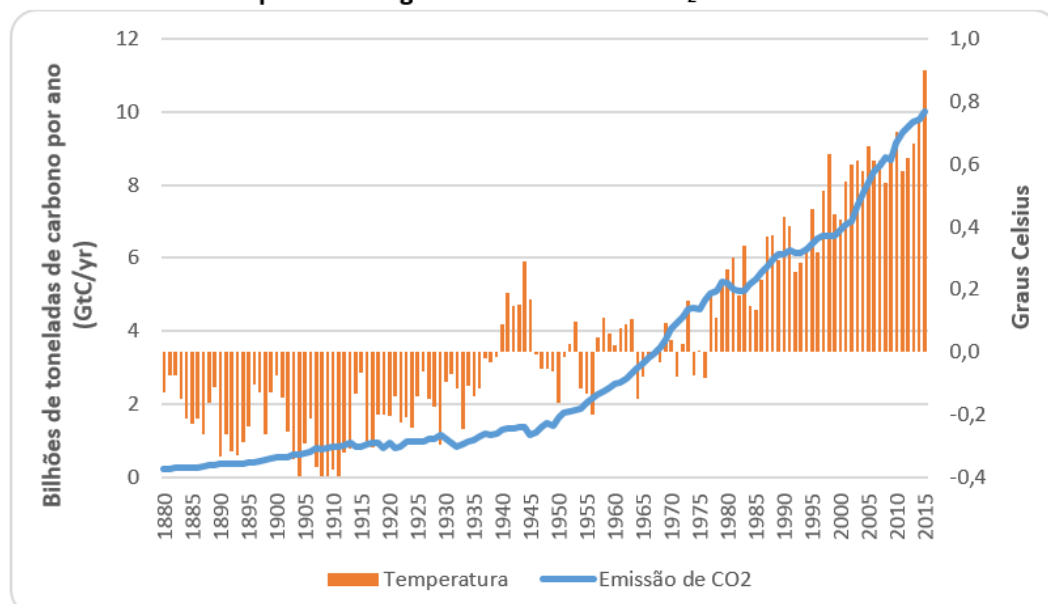
O sistema capitalista, baseado na exploração desenfreada de recursos, cria mercadorias e serviços sem uma orientação para a satisfação das necessidades, tendo como finalidade a acumulação de mais e mais capital, o mais rapidamente possível, por parte daqueles que individualmente

detêm os meios de produção. É um sistema orientado para o crescimento infinito dos lucros de uma minoria, num planeta cujos recursos são finitos. Tal como explicou Engels, “como os capitalistas individuais estão envolvidos na produção e na troca em prol do lucro imediato, apenas os resultados imediatos mais próximos são levados em consideração. Enquanto o fabricante ou comerciante individual vender uma mercadoria fabricada ou comprada com o habitual lucro cobijado, ficará satisfeito e não se preocupará com o que posteriormente se tornará da mercadoria e de seus compradores. O mesmo se aplica aos efeitos naturais das mesmas ações. O que importava os fazendeiros espanhóis em Cuba, que incendiaram florestas nas encostas das montanhas e obtiveram das cinzas fertilizante suficiente para

uma geração de cafeeiros altamente lucrativos - o que os preocupou que as fortes chuvas tropicais depois lavassem o estrato superior desprotegido do solo, deixando para trás apenas rocha nua! Em relação à natureza, quanto à sociedade, o modo atual de produção está predominantemente preocupado apenas com o resultado imediato, o mais tangível; e então se surpreende que os efeitos mais remotos das ações direcionadas a esse fim acabam sendo bastante diferentes, são em grande parte completamente opostos em seu caráter” (Dialética da Natureza, 1883).

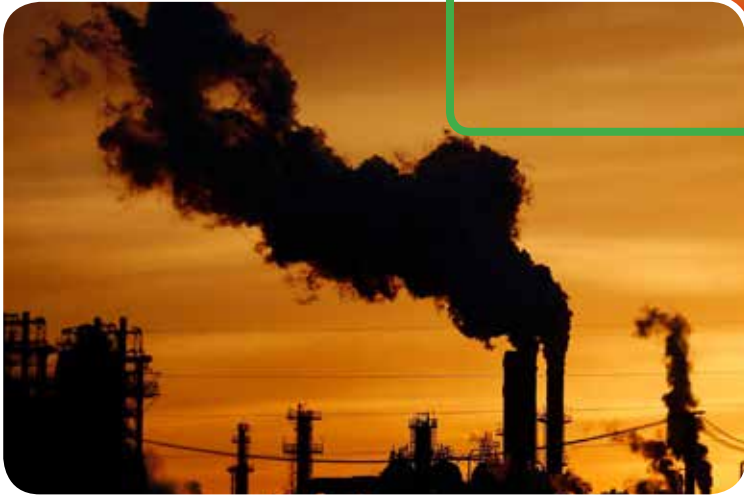
Esta forma devastadora de o ser humano interagir com o planeta, intrínseca ao sistema capitalista, tem dois resultados que, juntos, são a receita perfeita para que, a par de outros impactos extremamente negativos, também o aumen-

Aquecimento global e emissões de CO<sub>2</sub>: 1880-2015



Fonte: Global Carbon Project <http://cdiac.ornl.gov/GCP/> e NOAA <http://www.ncdc.noaa.gov/>

## CAPITALISMO, O INCUBADOR DE PANDEMIAS



to de pandemias se vá tornando uma constante: por um lado, o aumento da temperatura devido às emissões excessivas de CO2 provenientes da queima de combustíveis fósseis e, por outro, a destruição de habitats selvagens para exploração cada vez mais profunda de recursos em locais anteriormente inacessíveis ao ser humano. Assim, podemos resumir em 3 pontos-chave os motivos pelos quais estes dois elementos da realidade fazem do capitalismo um verdadeiro incubador de epidemias.

Em primeiro lugar, o aumento do contacto entre animais selvagens e humanos expõe-nos a mais doenças. A destruição de habitats, tanto direta – através da intervenção humana em busca de novos locais de extração de recursos – como indiretamente – através do colapso de ecossistemas devido às catástrofes naturais causadas pelo aquecimento global –, leva forçosamente a uma maior proximidade na competição por recursos entre a nossa espécie e outras espécies animais, o que aumenta o número de doenças zoonóticas (doenças infecciosas naturalmente transmissíveis entre animais e humanos) a que estamos expostos. O insuspeito John Scott, responsável de risco da seguradora Zurich Insurance Group, publicou um artigo no site do Fórum Económico Mundial onde afirma que a “desflorestação tem aumentado constantemente nas últimas duas décadas e está ligada a 31% dos surtos, como o vírus do ébola, do Zika e de Nipah”, pois a “desflorestação afasta os animais selvagens dos seus habitats naturais e a aproxima-os das populações humanas, criando uma grande oportunidade para doenças zoonóticas”.

Vários cientistas já alertaram para o facto de as alterações climáticas poderem tornar os surtos de ébola – vírus que tem como reservatório mais provável o morcego-da-fruta e que matou milhares de pessoas na África Ocidental, em 2014 – uma realidade constante e cada vez mais alargada nessa região, uma vez que os morcegos preferem, em geral, habitats quentes e húmidos, sendo expectável que, ao ritmo atual de emissões, a área total favorável à sua acomodação aumente pelo menos um quinto em relação a hoje. Mesmo em relação à COVID-19, a hipótese mais provável

trabalhada pelos especialistas é a de que o vírus tenha sido transmitido, de animais para pessoas, num mercado de Wuhan, na China, tendo como intermediário de transmissão da doença um pangolim, o qual estaria infetado pelo contacto com morcegos. Como referiu Jorge Palmeirim, presidente da Liga para a Proteção da Natureza, em entrevista ao Expresso, “muitas dessas espécies selvagens estão imunes a esses vírus nos seus ecossistemas, mas quando são introduzidas no consumo humano abre-se a porta para pandemias como a que estamos a assistir”, as quais, num mundo globalizado, rapidamente se espalham por todo o globo.

A destruição da Amazónia e da selva africana ou a caça desenfreada de animais selvagens são exemplos de práticas que levam os seres humanos a entrarem em contacto com espécies com as quais nada contactávamos, espécies essas que transportam novas doenças, vírus e bactérias que as nossas defesas naturais não estão preparadas para combater. Kate Jones, investigadora de Ecologia e Biodiversidade na University College de Londres, afirmou no início de abril que o surto de COVID-19 “é em grande parte devido ao comportamento humano. Estamos a mudar a transmissão das dinâmicas entre a vida selvagem e as pessoas ao converter paisagens e deslocar espécies domésticas como nunca aconteceu antes, expondo-nos nós próprios a novos agentes patogénicos”.

Ao mesmo tempo, o aquecimento global cria

**Os fenómenos de seca extrema e prolongada, a perda massiva de territórios habitáveis e propícios à agricultura irão provocar migrações em massa.**

mais condições habitáveis para doenças tropicais, como a febre-amarela, a dengue e a malária, já que, num planeta mais quente, aumenta o território em que certos patógenos (organismos que produzem doenças infecciosas) se sentem confortáveis para se desenvolver. Se o ritmo atual de emissões se mantiver, teremos já em 2050 cerca de metade da população total do globo a viver em áreas onde o mosquito *Aedes aegypti* terá condições ótimas para o seu desenvolvimento, sendo este um vetor de transmissão de várias doenças (como dengue e Zika) e uma das maiores ameaças à saúde humana, devido à resiliência que apresenta em ambientes urbanos e à preferência que tem por locais de água parada em torno de casas. Moritz Kraemer, epidemiologista no Hospital Pediátrico de Boston, afirma no seu estudo que “os mosquitos já estão bem estabelecidos em muitos locais, mas embatem numa barreira que não conseguem ultrapassar porque o clima não é o certo para eles. Assim que o clima se tornar favorável, os mosquitos poderão avançar rapidamente para chegarem a esses novos sítios”.

O mesmo se aplica ao mosquito tigre asiático, que também é um transmissor de dengue e Zika e que será capaz de se espalhar pela Europa e EUA. Ainda no mesmo estudo, Kraemer afirma que, devido ao aumento da temperatura média que já alcançámos, até nos estudos de melhor-cenário estaremos a enfrentar “uma tendência crescente, que é alarmante no sentido em que esperamos a expansão destes mosquitos independentemente de como adaptarmos as nossas emissões”. Nos estudos de pior-cenário, os especialistas apontam para que haja, ainda neste século, um aumento de mil milhões de pessoas infetadas pela primeira vez por estes vírus.

Em segundo lugar, os fenómenos de seca extrema e prolongada, a perda massiva de territórios habitáveis e propícios à agricultura, bem como a maior incidência de catástrofes climáticas em várias partes do globo irão provocar migrações em massa, as quais também contêm um alto potencial para gerar surtos epidémicos, tanto nas deslocações internas para grandes áreas urbanas como nas deslocações de populações entre países. Em ambos os casos, a falta de recursos e a sobre-

## CAPITALISMO, O INCUBADOR DE PANDEMIAS

Mesmo após o acordo de Paris, os 33 maiores bancos do mundo investiram 1,9 trilhões de dólares para financiar os combustíveis fósseis, apesar de ser de conhecimento geral que os 20 principais emissores de gases de efeito de estufa no mundo são petrolíferas como a Chevron, a Exxon-Mobil, a BP e a Shell, empresas que gastam 195 milhões de dólares, por ano, com o financiamento de estudos e propostas políticas destinadas a atrasar ou bloquear medidas de combate às alterações climáticas.

população implicarão um aumento da vulnerabilidade às doenças. No seu relatório sobre o papel das alterações climáticas nos conflitos e deslocamentos, a Fundação por Justiça Ambiental refere como exemplo o caso da Síria, salientando que a migração provocada pelas alterações climáticas contribuiu significativamente para o aumento de tensões nos anos anteriores ao estalar do conflito, uma vez que, no seguimento de uma seca prolongada, mais de um milhão de pessoas tiveram de abandonar os territórios onde viviam para se concentrarem em torno de centros urbanos como Homs e Damasco, pois a falta de água levou, entre 2006 e 2010, ao colapso de cerca de 75% das quintas sírias e, nalgumas regiões, os agricultores perderam 80% das suas criações de gado, acrescentando às tensões políticas de regime, fatores como a escassez de água, a insegurança alimentar, sobrepopulação e falta de condições sanitárias.

Se não houver uma redução séria de emissões, a projeção do Banco Mundial é de que as migrações devido a desastres naturais alcancem 143 milhões de pessoas até 2050. Os exemplos hoje em dia já nos permitem ver como o sistema capitalista lida com estas situações de vulnerabilidade, colocando milhares de pessoas em campos de refugiados sobrelotados, com acesso extremamente limitado a água e a comida e onde é pouco afirmar que faltam condições sanitárias, todos eles fatores que contribuem e contribuirão cada vez mais para o aprofundar do aparecimento de surtos de doenças que se propagarão rapidamente, ao mesmo tempo que as próprias deslocamentos de migrantes contribuirão para o contágio.

Em terceiro lugar, o derretimento do *permafrost*, que cobre atualmente cerca de 25% da superfície terrestre do hemisfério norte, não se limitará a libertar grandes quantidades de gás metano para a atmosfera. O desaparecimento do gelo e a consequente exposição dos solos que têm estado congelados há milhares de anos permitirão também a libertação de patógenos desconhecidos, trazendo de volta vírus e bactérias de há séculos atrás com os quais nunca contactámos e, portanto, não só desconhecemos como não estamos imunes a eles. O *permafrost* é o ambiente ideal para micróbios, vírus e bactérias permanecerem conservados e vivos por milhares de anos, uma vez que é um ambiente frio, escuro e onde falta oxigénio. Em 2016, um rapaz de 12 anos foi

contaminado por antrax, na Sibéria. Pelo que os dados apontam, o seu contágio aconteceu devido ao descongelamento de um cadáver de rena afetado por esta doença décadas antes, o qual terá libertado a bactéria para a água e o solo, infetando 2000 renas, o que levou à contaminação e hospitalização de pelo menos 20 pessoas, revelando que a bactéria em nada tinha sido afetada pelo longo período de congelamento.

A par deste exemplo, cientistas descobriram já dois tipos de vírus conservados no permafrost, um deles com 30 mil anos de idade, e ambos os vírus rapidamente se tornaram infecciosos, ainda que estes em particular não afetem os humanos. Jean-Michel Claverie, da Universidade de Aix-Marseille em França, afirma que “*vírus patogénicos que podem infetar humanos ou animais podem estar preservados em camadas antigas de permafrost, incluindo alguns que causaram epidemias globais no passado*”. No entanto, e apesar do perigo que o derretimento já representa por si só, grandes empresas e governos consideram atualmente a hipótese de aproveitarem o facto de a costa Norte da Sibéria se tornar agora mais acessível para iniciar projetos de exploração industrial que se estão a tornar agora rentáveis, como a mineração de ouro ou perfurações para extração de petróleo e gás. Claverie alerta que “*neste momento, estas regiões são desertas e as camadas mais profundas de permafrost são intocadas. No entanto, estas camadas antigas podem ser expostas por escavações envolvidas nas atividades de mineração e perfuração. Se ainda lá estiverem partículas de vírus viáveis, isto pode significar uma catástrofe*”.

### O MODELO DE EXPLORAÇÃO CAPITALISTA EMPURRA-NOS PARA O CAOS

É urgente mudarmos a forma como interagimos com o planeta, mas o sistema capitalista não suporta a mudança radical de que precisamos. Tal como Marx descreveu, o capitalismo deu início a uma “*rutura metabólica*” entre as nossas sociedades e a Natureza no seu conjunto, pois os processos que servem de base ao modelo económico e social capitalista, de carácter rápido e cada vez mais acelerado, não são compatíveis com os ciclos longos do sistema terrestre, o que torna a atividade humana capitalista insustentável. Ao

mesmo tempo, a indústria de combustíveis fósseis tem sido uma das pedras basulares de todo o sistema produtivo capitalista, primeiramente com o carvão e depois com o petróleo e o gás. Mesmo após o acordo de Paris, os 33 maiores bancos do mundo investiram 1,9 trilhões de dólares para financiar os combustíveis fósseis, apesar de ser de conhecimento geral que os 20 principais emissores de GEE no mundo são petrolíferas como a Chevron, a Exxon-Mobil, a BP e a Shell, empresas que gastam 195 milhões de dólares, por ano, com o financiamento de estudos e propostas políticas destinadas a atrasar ou bloquear medidas de combate às alterações climáticas.

A relação do capitalismo com os combustíveis fósseis é de tal forma umbilical, que a mudança drástica e imediata de que precisamos para resolver a crise climática não está ao nosso alcance dentro deste sistema, que coloca e colocará sempre o lucro à frente da vida das pessoas. Da mesma forma, só teremos a possibilidade de lidar com o aparecimento mais frequente de epidemias num sistema que seja capaz de suportar a existência universal de serviços de saúde públicos, gratuitos e de qualidade, direcionados às necessidades das populações. O controlo de emissões exige, além da nacionalização de setores estratégicos como a energia, os transportes e a saúde, que a prioridade de investimento seja a transição energética. É necessário reverter fábricas e edifícios e requalificar trabalhadores, requisitando às grandes multinacionais os lucros que estas têm obtido à custa de hipotecarem o nosso futuro. Tudo isto, a fim de que sejamos capazes de, no tempo que nos resta, substituímos o capitalismo por um sistema que neutralize as emissões de forma socialmente justa, planificando a produção, organizando a distribuição e criando emprego ambientalmente sustentável.

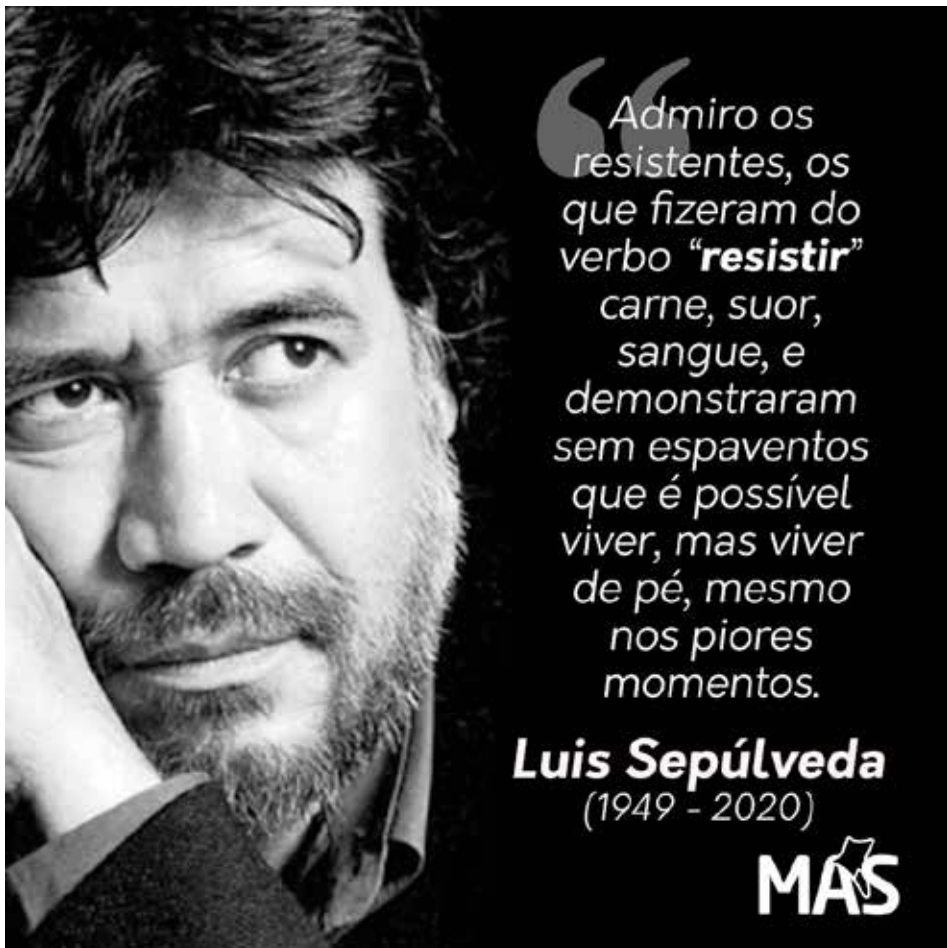
Afinal, justiça climática é justiça social.

#### Notas

<sup>1</sup> “Special Report: Global Warming of 1.5 °C.” Intergovernmental Panel on Climate Change.

Glenn Scherer, “Climate Science Predictions Prove Too Conservative”, Scientific American, December 6, 2012.

Ian Angus, Facing the Anthropocene: Fossil Capitalism and the Crisis of the Earth System (New York: Monthly Review Press, 2016), chap. 6.



“Admiro os resistentes, os que fizeram do verbo **“resistir”** carne, suor, sangue, e demonstraram sem espaventos que é possível viver, mas viver de pé, mesmo nos piores momentos.

**Luis Sepúlveda**  
(1949 - 2020)

MÁS

# LUÍS SEPÚLVEDA E A REVOLUÇÃO

por MIGUEL SORANS

membro da coordenadora da Brigada Simón Bolívar

## biografia

Luis Sepúlveda, escritor, jornalista, cineasta chileno e lutador anticapitalista.

Estudou teatro na Universidade do Chile, onde se formou como encenador e depois formou-se em Ciências da Comunicação na Universidade de Heidelberg, Alemanha. Muito jovem, entrou para as Juventudes Comunistas do Chile, da qual é expulso em 1968 e integra-se no Exército de Libertação Nacional. Em 1979, junta-se, como voluntário, à Brigada Internacionalista Simón Bolívar, impulsionada pelo Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) da Colômbia.

Em 1980, Sepúlveda obteve asilo político na Alemanha, onde viveu por mais de 10 anos em Hamburgo, colaborou com a Greenpeace e foi correspondente da revista Der Spiegel. O Luis viveu nos anos 90 entre a Alemanha e a França. Desde 1997 vivia em Gijón, Astúrias, onde fundou o Salão do Livro Ibero-americano de Gijón.

Com dezenas de prémios pela sua obra, destacamos:

- .. 1997, Prémio Terra
- .. 2016, Prémio Eduardo Lourenço
- .. Cavaleiro das Artes e das Letras da República Francesa.
- .. Doutor Honoris Causa pela Universidadw de Toulon, França.
- .. Doutor Honoris Causa pela Universidade de Urbino, Itália.

O escritor chileno Luis Sepúlveda morreu no Estado Espanhol na quinta-feira, 16 de abril, vítima de coronavírus, confirmou a sua família.

Sepúlveda, que tinha sido diagnosticado com a infeção no final de fevereiro, encontrava-se hospitalizado no Hospital Universitário Central das Astúrias. O escritor de 70 anos começou a apresentar sintomas no passado dia 25 de fevereiro, depois de regressar de uma festa literária no Porto, uma cidade do norte de Portugal. Há vários anos que estava radicado, junto à sua família nas Astúrias.

Lamentamos muito esta notícia. Sepúlveda foi um escritor importante, mas era também um militante por causas justas. Entre eles estava a luta revolucionária para acabar com a ditadura de Somoza na Nicarágua. Tivemos a honra de Sepúlveda ter participado na revolução nicaraguense com a Brigada Simón Bolívar, impulsionada pela nossa corrente socialista. Foi uma brigada de combatentes latino-americanos impulsionada a partir de Bogotá, por iniciativa do líder argentino Nahuel Moreno, então exilado, e do PST (Partido Socialista dos Trabalhadores) da Colômbia, que liderava uma campanha internacional sistemática de apoio à luta contra a ditadura da Somoza e de solidariedade com a FSLN, para que esta triunfasse e liderasse o seu próprio governo, sem burgueses.

Antigo militante comunista, Sepúlveda tinha sido obrigado a abandonar o seu país natal, o Chile, em 1977, depois de ter sido perseguido pelo regime ditatorial de Augusto Pinochet. Sepúlveda, que se deu a conhecer internacionalmente em 1988, com a publicação de “O Velho que lia romances de amor”. Este romance de sucesso foi seguido por outros como “Mundo

do Fim do Mundo”, “Nome de Toureiro”, “Patagónia Express”, “História de uma Gaivota e do Gato que a Ensinou a Voar”, “As Rosas de Atacama” e “Fin de Siglo”.

Recebeu prémios como o Prémio de Poesia Gabriela Mistral, 1976; o Prémio Rómulo Gallegos (1978), o Prémio Narrativo “Superflainao”, 1993 ou o Prémio Ovidio, atribuído em 1998, em Itália, por “La última frontera”.

Precisamente no romance “Nome de Toureiro”, uma das personagens principais é um exilado chileno, Juan Belmonte. Que seria quem teria nome de toureiro. No enredo fictício, Belmonte conta que participou na Brigada Simón Bolívar e que foi reprimido pelo governo sandinista. Neste enredo misturam-se personagens da sinistra Stasi, polícia da antiga Alemanha de Leste, com a polícia de Pinochet e a queda do Muro de Berlim.

Numa revista espanhola, Sepúlveda recordava a brigada, no dia do triunfo da revolução: “*Em julho de 1979, exactamente a 19 de Julho desse ano, ao entardecer, eu estava sentado na escadaria que conduzia à catedral de Manágua. Os sandinistas tinham derrotado o ditador Anastasio Somoza, e eu estava lá entre os sobreviventes da última Brigada Internacional, a Simón Bolívar, e partilhava entre vinte, ou mais, uma pequena garrafa de rum nica, e alguns charutos atrozos feitos pelos índios Misquito. Havia alegria, mas não euforia, pois todas as guerras avançam e duram mais do que pensávamos. A maioria dos combatentes era muito jovem, celebrando a esperança e o que fariam com o seu país no meio da mais limpa e pura utopia, era alheio à guerra fria ou aos planos que já estavam a ser tecidos em Washington. Nesses momentos só se pensa nos seus mortos e às vezes “parece injusto ter sobrevivido”*”.

# A Covid-19 não afecta todos da mesma forma

Por todo o mundo, a pandemia de COVID-19 já infectou mais de 2,2 milhões de pessoas e continua a crescer. O número de vítimas mortais supera as 157 mil pessoas.

Esta crise tornou evidente a falência global do sistema capitalista. Hoje, em pleno séc. XXI, após os avanços significativos da tecnológica, a saúde de todos nós pode, num ápice, ser colocada em causa. A forma como está estruturada e é gerida a nossa sociedade, através de um conjunto de Estados, fortemente desiguais entre si, que competem no mercado mundial pela sua fatia dos lucros, sem olhar aos limites da vida humana e do meio ambiente, tornam impossível uma solução conjunta. Todas as opções políticas que os governos tomam visam proteger o sector financeiro e os grupos económicos. A vida das populações fica para depois.

Neste momento, os EUA são o centro da crise pandémica. O número de infetados subiu acima das 700 mil pessoas e já se registaram quase 40 mil mortes no país. O Governo de Trump e as elites que ele representa têm demonstrado, mais uma vez, o seu completo desprezo pelas vidas alheias, sobretudo as do povo que governam. Começou por ignorar o problema, subvalorizando a letalidade do vírus, contribuindo para que outros assim o fizessem, tal como Bolsonaro ou Boris Johnson. Adiou as necessárias medidas de confinamento e o encerramento das actividades não essenciais. Rapidamente construiu um plano de assistência cuidadosa aos mercados, enquanto abandonava negligentemente as populações. Trump e a Reserva Federal americana injectaram somas astronómicas nos mercados e no dia 13 de Abril, o Presidente anunciou, num otimismo absurdo, que estava na hora de reabrir a economia.

## OS LUCROS DE UNS POUCOS SÃO A MISÉRIA DE MUITOS

Trump pretende que a economia volte a funcionar como forma de limitar os prejuízos do sector financeiro e das multinacionais. No meio da crise pandémica, dos corpos amontoados em morgues ou valas comuns, dos hospitais em rutura, dos profissionais de saúde em exaustão, e do receio dos trabalhadores em ficar infectados, os mercados festejam alegremente com a injeção de capital público, o anúncio do regresso da economia e a perspectiva de novos lucros garantidos pelo Estado.

## DE OLHOS BEM ABERTOS



por VASCO SANTOS

Ao mesmo tempo que a sede dos mercados é saciada com rios de dinheiro público, as torneiras fecham-se para trabalhadores que ficaram sem emprego e para as micro e PME que deixaram de laborar. Em apenas uma semana, foram contabilizados 5,2 milhões de novos desempregados<sup>1</sup>, o que eleva o número para os astronómicos 22 milhões, no último mês, nos EUA. Também aqui, a COVID-19 mostra que não afecta todos da mesma forma. São os trabalhadores mais explorados, mais precários e mais oprimidos os que são imediatamente afectados pela crise. Investigações recentes indicam que nos estados de Nova Iorque e Washington, o vírus mata fundamentalmente afro-americanos e latinos<sup>2</sup>. Nestas comunidades, as elevadas taxas de obesidade, diabetes e asma, factores acrescidos de risco, combinados com a falta de acesso a cuidados públicos de saúde, tornam-nas mais vulneráveis à doença. Para além disso, acresce o facto de trabalharem fundamentalmente em sectores onde o teletrabalho está impossibilitado: supermercados, condutores de autocarros, recolha de lixo e limpezas. Tal como nos EUA, a realidade europeia não é diferente.

Os milhões de postos de trabalho que já foram destruídos nos EUA, no último mês, contrastam com os lucros galopantes de grandes grupos económicos, como a Amazon. O seu proprietário, Jeff Bezos, consolida-se como o homem mais rico do mundo, enquanto força os seus trabalhadores a laborarem sem condições mínimas de segurança e despede todos aqueles que protestam e denunciam a situação.

Os donos disto tudo devastam selvaticamente o planeta, os recursos públicos e as nossas vidas para garantir os seus lucros. Assim que vêem os seus benefícios e privilégios ameaçados, obrigam-nos a pagar os custos das suas acções. Bem, está na hora de os donos disto tudo pagarem os custos das suas próprias acções.

# AS MULHERES E O COVID-19

por ALEXANDRA MARTINS



**A**s mulheres representam 52% da força de trabalho. E são definitivamente o grupo que mais sofre as consequências do isolamento social, do fecho das escolas, e do facto de serem 90% das equipas de limpeza.

Segundo as Nações Unidas, as mulheres fazem 2,5 vezes mais trabalho doméstico que os homens. Isto significa que são as mulheres que realmente estão na linha da frente no combate ao novo vírus. São elas que ficam em casa com as crianças e que continuam a ter de desempenhar as suas funções em teletrabalho, gerir as novas exigências em termos de higiene, orientar a aprendizagem das crianças que não podem ir à escola. Claro que, como tal, é sobre elas que recai a maior perda de rendimentos uma vez que o apoio do Estado é magro.

Os cortes nos salários, para quem fica com as crianças menores de 12 anos em casa, expõe todas essas mulheres a uma muito maior fragilidade financeira, a acrescentar à que a habitualmente já assistimos, sendo que as mulheres chegam a ter uma diferença salarial de 17% em relação aos colegas homens. As mulheres, que já de si ganham menos, ficam ainda mais debilitadas para poderem tomar medidas e pedir ajuda nos casos em que o confinamento devido à situação epidémica que vivemos também é sinónimo de viver com um agressor.

O Governo português anunciou que, devido a esta situação excepcional, as vítimas de violência doméstica poderão permanecer nos abrigos até ao dia 15 de Julho. A medida é bem-vinda mas peca por insuficiente, já que os abrigos são manifestamente poucos em número.

Muitas vítimas sentem-se constringidas em pedir ajuda seja a instituições, seja a família e amigos, por medo de se exporem ao contágio e temerem pôr em risco a sua saúde e a dos seus

filhos. Os agressores procuram exercer controlo e autoridade e esta é uma boa oportunidade para o fazerem e não acarretarem com as devidas consequências e punições, sempre escassas nos nossos tribunais, porque as vítimas não estão a dar queixa de todas as ocorrências. E sabe-se que aumentaram, estima-se em cerca de 50%. As vítimas equacionam o perigo de se dirigirem a um hospital, onde podem encontrar infectados e serem contagiadas, os centros de abrigo sobrelotados também podem ser focos de infecção perigosos.

A acrescentar a toda esta situação, já de si complicada, muitas destas mulheres acabam por ser colocadas em lay-off ou mesmo por serem despedidas por as empresas fecharem, o que as deixa mais ainda à mercê dos agressores em casa.

Por outro lado, as mulheres são a força de limpeza da nossa sociedade, em números que ascendem aos 35 mil profissionais de limpeza, 4.500 desses em unidades hospitalares. Sim, 90% são mulheres. Estas mulheres têm o direito de serem tão protegidas quanto as pessoas que trabalham nos locais que elas limpam. São, neste momento, tão indispensáveis como os médicos, os enfermeiros e os técnicos de saúde. Arriscam a vida todos os dias por uma remuneração entre os €600 e os €650.

As empresas de limpeza fornecem algum equipamento, mas insistem que máscaras e gel desinfetante, para além de esgotados no mercado, são da responsabilidade dos locais e não sua. Existem também muitas questões sobre os contratos e os despedimentos nesta área. Muitos contratos são orais, o que leva muitas trabalhadoras desinformadas a pensar que não podem reclamar os seus direitos. Tal não corresponde à verdade, mas não há muito esclarecimento sobre estas questões de direito do trabalho.

Estas profissionais exercem o seu trabalho

em locais frequentados por muitas pessoas, aumentando consideravelmente o risco a que estão expostas.

Nos hospitais, as regras são novas e os cuidados têm de ser redobrados várias vezes. Os médicos e os enfermeiros dão alguns conselhos e as exigências com os fatos de protecção são imensas e têm absolutamente de serem seguidas sem vacilar. Ir trabalhar tornou-se uma preocupação diária para elas e para quem vive com elas. Muitas referem que nunca viram tal coisa em décadas de trabalho. Algumas já com mais idade sentem-se especialmente vulneráveis. Mas como o trabalho é a sua única forma de subsistência, têm de continuar a ir trabalhar, todos os dias.

E enfrentam, todos os dias, o perigo acrescido dos transportes sobrelotados da periferia, situação à qual o governo se mantém indiferente pondo, assim, ainda mais em evidência o seu descaso com as mulheres pobres da periferia, sendo uma boa fatia delas negras e imigrantes. Mas todas elas habitam nos bairros menos prestigiados da periferia tendo de se deslocar em 2 a 4 transportes para chegar ao local de trabalho.

Prova-se assim que a crise pandémica em curso é particularmente penalizadora para a fatia já mais oprimida da sociedade e a que terá mais dificuldades em lidar com as consequências da mesma.

Por isso, o MAS tem a propor várias medidas como a abertura de mais centros de acolhimento de mulheres em risco, o pagamento dos salários a 100%, a proibição absoluta dos despedimentos e a nacionalização de todos os hospitais privados para dar uma muito melhor assistência a toda a população.

A vida acima do lucro! A vida e a saúde das mulheres têm de ser uma prioridade!!

